

# Relatório da **Administração** **1º semestre** **2025**

**CREDICITRUS**



# ÍNDICE

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

06

## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

|                           |    |
|---------------------------|----|
| Assembleia Geral          | 08 |
| Conselho de Administração | 08 |
| Diretoria Executiva       | 09 |
| Comitê de Auditoria       | 09 |
| Comitê de Remuneração     | 09 |

## NÚMEROS EM DESTAQUE

|                           |    |
|---------------------------|----|
| Desempenho do 1º Semestre | 10 |
|---------------------------|----|

## DESTAQUES

|                                                    |    |
|----------------------------------------------------|----|
| Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - 2025 | 12 |
| Reuniões com os associados                         | 12 |
| Ação Social                                        | 13 |
| Prêmios e Reconhecimentos                          | 14 |

## RELACIONAMENTO

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| Coordenadores Institucionais de Relacionamento           | 16 |
| Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia | 16 |
| Feira Agrishow 2025                                      | 17 |
| Círculo Credicitrus                                      | 18 |

## AGENDA DE SUSTENTABILIDADE

|                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------|----|
| Publicação do Relatório Semestral de Transparência Salarial | 20 |
| Inventário de Gases de Efeito Estufa - IGEE                 | 20 |
| Implementação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA          | 21 |

## INSTITUTO CREDICITRUS

22

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE 2025

26

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28

# EXPEDIENTE

**Marcos Lourenço Santin**

Presidente do Conselho de Administração

**Maria Tereza de Souza Lima Uchôa**

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Walmir Fernandes Segatto**

Diretor-Presidente Executivo

**Denise T. da Silva de Almeida**

Diretora Administrativa

**Fabio Rodrigues Fernandes**

Diretor de Negócios

**Jonas Ferreira**

Diretor de Governança, Riscos e Compliance

**Wagner Aparecido Alguas**

Diretor Financeiro

**Maria Madalena Fernandes Rocha**

Coordenadora do Comitê de Auditoria

**Contador**

André Luís Marangoni  
CRC 1SP191800/0-8

**Coordenação Editorial**

Conselho de Administração  
Diretoria Executiva  
Comitê de Auditoria

**Jornalista Responsável**

Elaine Cristina Dias Berenguel - MTB 0080763

**Assessoria Editorial**

Lilian Helena Lopes de Oliveira Pereira  
Jonathan Arduini  
Marketing Credicitrus

**Cooperativa de Crédito Credicitrus**

Rua Prudente de Moraes, 534  
Centro, CEP 14.700-120, Bebedouro-SP

**Projeto Gráfico**

Agência 4Buzz

**Fotos**

Arquivo Credicitrus e Shutterstock



**SICOOB CREDITRUS**  
Cooperativa de Crédito



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Marcos Lourenço Santin - Presidente do Conselho de Administração

### Ano Internacional das Cooperativas - Reconhecimento e Destaque

A Credicitrus demonstrou neste primeiro semestre, como a sua atuação eficaz, voltada à geração de valor, impactou positivamente no desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo. Neste ano especial para as cooperativas, a Credicitrus reafirma seu propósito de *“Somar forças para gerar prosperidade, transformar vidas e desenvolver a comunidade”*.

Com o tema *“Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”*, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2025 como o *Ano Internacional das Cooperativas*. Essa iniciativa reforça o reconhecimento global do papel fundamental das cooperativas na promoção do desenvolvimento econômico e social. Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), existem atualmente cerca de 3 milhões de cooperativas em todo o mundo, reunindo 1 bilhão de cooperados e gerando mais de 280 milhões de empregos.

No Brasil, as cooperativas de crédito vêm se destacado no Sistema Financeiro Nacional, registrando um crescimento expressivo. Esse avanço evidencia a força de um modelo de negócios comprometido com a inclusão financeira, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento

das economias locais. Os resultados positivos alcançados demonstram a relevância, cada vez maior, do cooperativismo no cenário nacional.

*A Credicitrus tem orgulho de fazer parte dessa trajetória, e por meio de suas ações, evidencia a sua capacidade de contribuir para o avanço do cooperativismo no Brasil.*

### Avanços e Conquistas

Iniciamos o semestre celebrando um marco histórico para a Cooperativa. Durante a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2025, registramos, mais uma vez, um recorde de participação: mais de 71 mil associados participaram da Assembleia e contribuíram ativamente para o fortalecimento do segundo princípio cooperativista, a Gestão Democrática. Esse engajamento representa a força crescente do modelo cooperativista na construção de uma governança democrática e transparente.

No âmbito interno, seguimos investindo na capacitação e no desenvolvimento de nossos colaboradores, disseminando uma cultura organizacional fundamentada na ética e na integridade, valores essenciais para manutenção de um ambiente equilibrado e de respeito mútuo. Como resultado, pelo quinto ano consecutivo, a Credicitrus foi reconhecida pela GPTW (Great Place

to Work), como uma das melhores empresas para se trabalhar no segmento do Agronegócio.

Com foco no fortalecimento do relacionamento com os cooperados, estivemos presentes em diversos eventos e feiras, levando nossa marca, produtos e serviços às diferentes regiões onde atuamos. Mais uma vez, participamos da Agrishow, a maior feira do agronegócio da América Latina. Com um estande de 500m<sup>2</sup> e uma equipe preparada, oferecemos um portfólio completo de soluções financeiras para atender às necessidades dos nossos associados, além da realização de palestras sobre tendências e o futuro do agronegócio no país.

Reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento local, seguimos realizando o Circuito Credicitrus, iniciado neste ano no município de Pedregulho (SP). A iniciativa proporcionou à comunidade momentos memoráveis, com uma programação que integrou entretenimento, educação financeira e cooperativista, além de ações sociais em parceria com entidades locais e atividades de relacionamento com os associados.

### Desempenho Financeiro

Com uma gestão responsável e uma equipe capacitada e comprometida, superamos os desafios do primeiro semestre, como mudanças regulatórias e a elevação da taxa básica de juros. A gestão eficiente, somada à confiança dos nossos associados, impulsionaram a evolução e o crescimento contínuo da Credicitrus. Os números do primeiro semestre demonstram uma performance positiva e evidenciam o impacto socioeconômico gerado pela nossa atuação.

Os Ativos Totais atingiram R\$ 16,5 bilhões, representando um crescimento de 4,49% em relação ao último semestre 2024. Considerando o volume da carteira de ativos, a Credicitrus se consolida no mercado financeiro como a maior cooperativa de crédito do país.

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 3,3 bilhões, um aumento de 8,11% em comparação ao segundo semestre de 2024. Os Depósitos (à vista, a prazo, LCA/LCI) totalizaram R\$ 11,5 bilhões, com crescimento de 2,32% frente ao segundo semestre do ano anterior. As Operações de Crédito, somadas à Cédula de Produto Rural (CPR), encerraram o primeiro semestre em R\$ 8,6 bilhões, um aumento de 4,90% se comparado ao semestre anterior. O resultado do semestre foi de R\$ 251 milhões, correspondente a um aumento de 17,73% em relação ao mesmo período de 2024.

Esses números refletem a solidez econômico-financeira da Cooperativa, fato evidenciado pela Fitch Ratings, que reafirmou a nota de risco de crédito da Credicitrus em AA+(bra) - Rating Nacional de longo prazo com perspectiva estável e F1 (bra) Rating Nacional de curto prazo, a mais alta do cooperativismo de crédito brasileiro.

### Desenvolvimento Contínuo

Acreditamos no poder transformador do cooperativismo e, por meio do Instituto Credicitrus, seguimos construindo oportunidades e transformando vidas com ações sociais, educacionais, culturais e ambientais, pilares para um futuro melhor. Desde a sua fundação, o Instituto apoiou a execução de mais de 162 projetos, com cerca de R\$ 40 milhões investidos, impactando aproximadamente 357 mil pessoas.

Seguimos comprometidos com o nosso propósito, valores e princípios cooperativistas, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Iniciamos 2025 reforçando nossa trajetória, com foco na geração de prosperidade e valor.

Agradecemos a confiança dos nossos associados, colaboradores e parceiros. Seguimos juntos e movidos pelo nosso propósito, consolidando nossa história no cooperativismo. Neste ano especial para as cooperativas, expressamos nosso compromisso em *“Construir um mundo melhor”*.

# ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

## Assembleia Geral

É o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes, dentro dos limites da lei e do Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social. A Assembleia Geral Ordinária é realizada, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre eleição do Conselho de Administração (quando houver), prestação de contas dos órgãos de administração, destinação das sobras e estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na sua distribuição. A Assembleia Geral Extraordinária ocorre sempre que necessário, podendo deliberar, entre outros temas, sobre a reforma do estatuto social, incorporação ou mudança do objeto social da Cooperativa.

## Conselho de Administração

Possui atribuições estratégicas, não abrangendo funções operacionais ou executivas. O mandato é de 4 anos, com renovação mínima de 1/3 (um terço) dos membros ao final de cada período, os quais são eleitos pelos associados na Assembleia Geral Ordinária.

Membros do Conselho de Administração - Mandato 2022/2026



Da esquerda para a direita: Gláucia Oliveira Perri Santos, Maria Áurea Trindade Lopes Poleselli, Marcos Lourenço Santin (Presidente), Maria Tereza de Souza Lima Uchôa (Vice-Presidente), Claudemir Strachicini, Maria Madalena Fernandes Rocha, Eduardo Noriyuki Yamada, Marcelo Martins.

## Diretoria Executiva

Subordinada ao Conselho de Administração, compete à Diretoria Executiva a condução das atividades organizacionais, bem como a tomada de decisões relacionadas com o objeto social e com as operações da Cooperativa. Os membros são eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 anos. É composta pela Presidência Executiva, Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira, Diretoria de Governança, Riscos e Compliance e Diretoria de Negócios.

Membros da Diretoria Executiva - Mandato 2024/2026

Da esquerda para a direita: Jonas Ferreira (Diretor de Governança, Riscos e Compliance), Fábio Rodrigues Fernandes (Diretor de Negócios), Walmir Fernandes Segatto (Diretor-Presidente Executivo), Wagner Aparecido Alguas (Diretor Financeiro) e Denise T. da Silva de Almeida (Diretora Administrativa).



## Comitê de Auditoria

Órgão estatutário de caráter permanente, responsável por assessorar o Conselho de Administração nas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras e no cumprimento da aplicação das normas e legislações pertinentes ao negócio. Os membros do Comitê de Auditoria são eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 1 ano, e entre eles, ao menos um, deve possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade.

Membros do Comitê de Auditoria - Mandato 2025/2026



Marcos Lourenço Santin  
Membro

Maria Madalena Fernandes Rocha  
Coordenadora

Claudemir Strachicini  
Membro

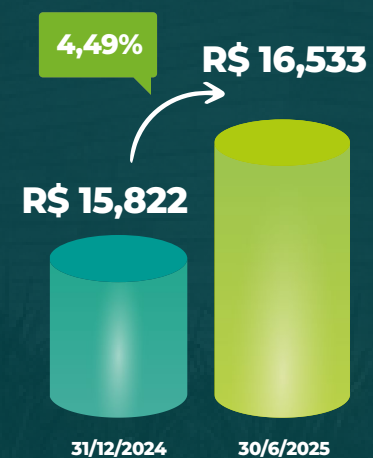
## Comitê de Remuneração

Órgão estatutário de caráter permanente, voltado ao assessoramento do Conselho de Administração, no que concerne à implementação, à operacionalização e à gestão da Política de remuneração de administradores e de membros de comitê e nos temas pertinentes ao processo sucessório de membros dos órgãos sociais.

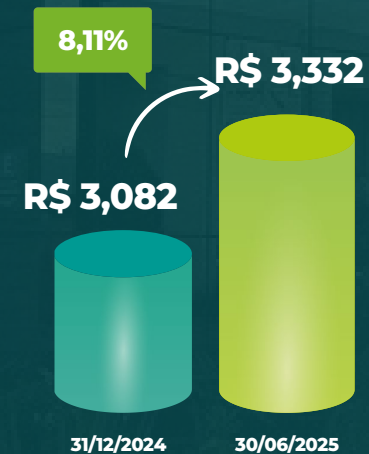
# NÚMEROS EM DESTAQUE

Desempenho do 1º Semestre de 2025

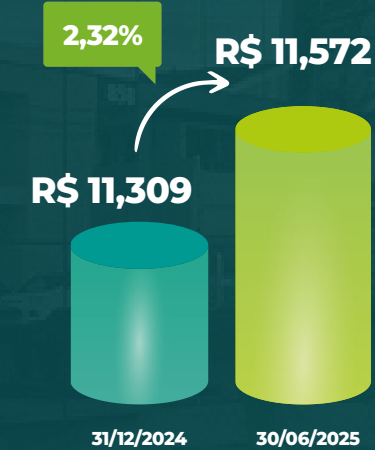
**ATIVOS TOTAIS**  
em bilhões



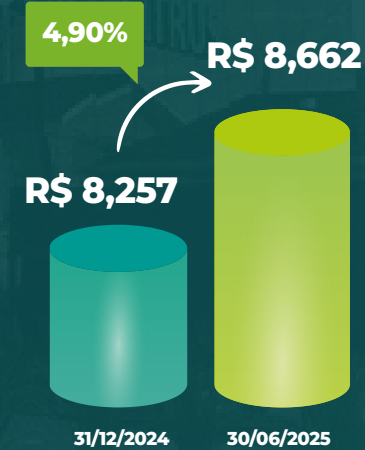
**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
em bilhões



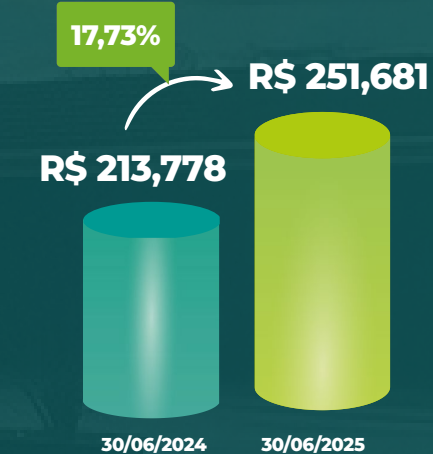
**DEPÓSITO À VISTA, A PRAZO E LCA/LCI**  
em bilhões



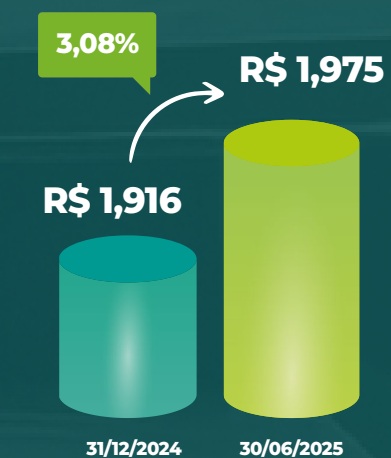
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO E CPR** (CÉDULA DE PRODUTO RURAL) em bilhões



**RESULTADO**  
em milhões



**CAPITAL SOCIAL**  
em bilhões



# DESTAQUES

## Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2025

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Credicitrus, realizada nos dias 7 a 16 de abril de 2025, registrou, mais uma vez, um recorde de participação. Mais de 71 mil associados participaram da Assembleia e contribuíram para o fortalecimento do 2º Princípio do Cooperativismo - Gestão Democrática. Um marco histórico para o cooperativismo de crédito brasileiro.

Essa expressiva representatividade demonstra o engajamento dos colaboradores na disseminação e prestação de informações sobre as Assembleias e evidencia a participação ativa dos associados nas decisões da Cooperativa.



## Reuniões com os Associados

Nos dias 8 a 10 de abril, durante o período assemblear, a Credicitrus promoveu reuniões presenciais com os associados nos municípios onde possui Postos de Atendimento. O objetivo foi fortalecer o relacionamento com os associados e reforçar a importância da participação nas Assembleias. Cerca de 18 mil associados estiveram presentes nas reuniões.

## Ação Social

Inspirada no 7º Princípio do Cooperativismo - Interesse pela Comunidade, a Credicitrus promoveu mais uma ação social durante a Assembleia Geral. Ao votarem por meio do aplicativo Sicoob Moob, os associados puderam escolher entre receber um brinde (kit para queijo) ou doar um pacote de fraldas geriátricas a uma entidade filantrópica local. A iniciativa solidária resultou na doação de mais de 23 mil pacotes de fraldas (aproximadamente 416 mil fraldas), destinados a entidades sociais nos municípios das arrecadações.





### Obtenção da certificação ISO/IEC 27001:2022

A Credicitrus conquistou a certificação ISO/IEC 27001:2022, que comprova a adoção das melhores práticas na gestão da Segurança da Informação. Essa certificação demonstra o compromisso com a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e assegura que os processos internos seguem padrões rigorosos para proteger dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas e outras ameaças cibernéticas.

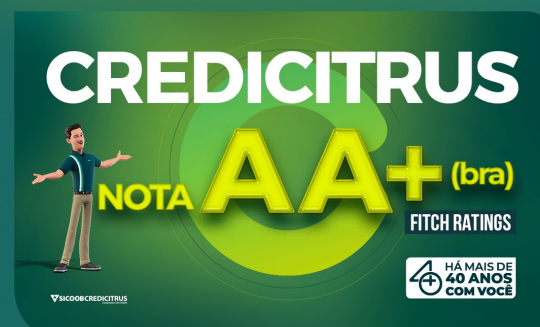
Essa certificação fortalece a governança e o controle sobre os ativos de informação, reduz riscos operacionais e de segurança, promovendo maior resiliência e consolidando uma cultura organizacional orientada à proteção de dados e à conformidade com leis e regulamentos. Para os cooperados, essa certificação representa segurança e confiança no tratamento dos seus dados pessoais e financeiros.



### GPTW (Great Place To Work) Agronegócio

Pelo quinto ano consecutivo, a Credicitrus foi reconhecida no ranking GPTW Agronegócio 2025, conquistando o 4º lugar entre as melhores empregadoras do setor, na categoria Grandes Empresas.

Esse reconhecimento é atribuído por meio de pesquisa realizada pela consultoria internacional GPTW (Great Place To Work, expressão que, em tradução livre, significa Excelente Lugar para Trabalhar) junto aos empregados das empresas que contratam a pesquisa de clima e são certificadas. É uma iniciativa da revista Globo Rural, em parceria com Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Neste ano, 263 organizações foram avaliadas e mais de 270 mil empregados participaram da pesquisa, que analisou aspectos como remuneração, benefícios, estabilidade, qualidade de vida, oportunidades de crescimento, relacionamento com lideranças e programas voltados à saúde mental. A avaliação também considerou fatores subjetivos, como o orgulho de pertencer à empresa e a disposição de recomendá-la a familiares e amigos.



### Fitch Ratings - classificação da nota de risco de crédito

A Fitch Ratings, uma das maiores agências de classificação de risco de crédito, reafirmou o Rating Nacional de Longo Prazo "AA+(bra)", com Perspectiva Estável, e o Rating Nacional de Curto Prazo "F1+(bra)" da Credicitrus.

Segundo a Fitch "Os ratings da Credicitrus equilibram a força regional de sua franquia cooperativa, que sustenta uma rentabilidade consistentemente superior à média do setor, com robusta capitalização, adequada qualidade de ativos e sólidos perfis de captação e liquidez".



Instituto Credicitrus  
**educação financeira**

### Educação Financeira

O Programa "Novos Hábitos para Prosperar" segue no seu propósito de disseminar a educação financeira junto à comunidade. Iniciado em julho de 2024, o Programa realiza inserções ao vivo, três vezes ao dia, abordando diversos assuntos - como poupar, dicas rápidas, o mercado financeiro - em uma linguagem acessível a todos os públicos. As transmissões ocorrem pela Rádio FM de Bebedouro, SP, com alcance em 11 municípios da microrregião, impactando aproximadamente 210 mil pessoas.

Essa iniciativa está alinhada aos princípios do cooperativismo e às diretrizes da Resolução Conjunta nº 8/2023, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, que reforça a importância da implementação de medidas de educação, pelas instituições financeiras, visando capacitar os cidadãos a tomarem decisões mais conscientes e seguras, promovendo a sustentabilidade financeira.

# RELACIONAMENTO

## Coordenadores Institucionais de Relacionamento

No dia 26 de março de 2025, a Credicitrus realizou, em sua sede em Bebedouro, SP, o 1º encontro do ano com os Coordenadores Institucionais de Relacionamento. Com a presença de 74 Coordenadores, o Presidente do Conselho de Administração, Marcos Lourenço Santin, e a Vice - Presidente do Conselho de Administração e Presidente do Instituto Credicitrus, Maria Tereza de Souza Lima Uchôa, agradeceram e ressaltaram a importância da presença de todos.

O gerente de Gente e Cultura, Sr. Renato Assis Dias conduziu o encontro, apresentando os principais destaques da Cooperativa relativos a 2024, incluindo o desempenho financeiro, premiações e reconhecimentos recebidos, além dos avanços nas práticas de ESG. Também foram abordados os temas da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2025. Durante o encontro, os Coordenadores tiveram a oportunidade de compartilhar ideias relacionadas às suas atribuições e apresentar sugestões, entre elas, a continuidade da ação social realizada durante a Assembleia Geral 2024. O professor Felipe Serigatti, da Fundação Getulio Vargas (FGV), foi convidado para encerrar a programação, com uma palestra sobre “Cenários Macroeconômicos”.



## Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia

Fundamentada no 5º princípio do cooperativismo - Educação, Formação e Informação, a Cooperativa realizou no primeiro semestre, as inscrições para o processo seletivo do Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia, destinado aos associados pessoas físicas. Os associados aprovados no processo seletivo participaram da aula inaugural ministrada pelos professores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizada

presencialmente em 24 de abril de 2025, na Matriz da Cooperativa. Com 24 alunos selecionados, o programa contará com uma carga horária de 86 horas, com aulas ministradas por docentes da FGV. O Programa tem como objetivo, além de oferecer conhecimento técnico aos participantes, identificar e desenvolver potenciais sucessores para a alta administração, promovendo a renovação qualificada dos órgãos estatutários. A iniciativa é subsidiada com recursos do FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, conforme previsto no estatuto da Cooperativa.

## Feira Agrishow 2025

Com o tema “Para cooperar, para empreender, para o agronegócio, para a vida.”, a Credicitrus participou mais um ano da Agrishow, a maior feira de tecnologia agrícola da América Latina, realizada de 28 de abril a 2 de maio de 2025, em Ribeirão Preto, SP.

Em um estande de 500 m², instalado na praça central da feira e montado com critérios sustentáveis, a Credicitrus ofereceu uma estrutura completa e uma equipe especializada para atender o público, realizar negociações e apresentar seu portfólio de soluções financeiras. A presença da Cooperativa fortaleceu o relacionamento com os associados, disponibilizando produtos e serviços alinhados às suas necessidades, com foco no crescimento sustentável de seus negócios.

Durante a feira, mais de 8 mil pessoas visitaram o estande da Cooperativa, com destaque para os alunos de escolas da rede pública, que participaram da palestra “Meu Dinheiro: Como Ter Hábitos Saudáveis desde Cedo”, ministrada por Carlos Eduardo. Foram realizadas também, as palestras “Conjuntura Econômica”, por Alexandre Mendonça de Barros; “O Futuro do Agro e a Vitória do Produtor Rural” pelo professor Marcos Fava Neves e “Protagonismo do Agronegócio Brasileiro” pela palestrante Roberta Paffaro.





## CIRCUITO CREDICITRUS

Em 2025, o Circuito Credicitrus segue com suas atividades, levando inspiração, conhecimento e integração aos associados e à comunidade local. Com uma programação diversificada, o Circuito promove encontros que fortalecem os laços de união e incentivam a cooperação mútua. Cada cidade que recebe o Circuito vivencia uma experiência única, com ações voltadas ao desenvolvimento social e comunitário.

A abertura do Circuito aconteceu no dia 28 de junho, na cidade de Pedregulho, SP, com o tema “Safari”,

com uma programação integrada de entretenimento e educação financeira, fortalecimento do relacionamento com cooperados e divulgação da marca e seus valores.

### Impactos do Circuito em Pedregulho:

- Mais de 2.300 participantes;
- Mais de 30 voluntários Credicitrus;
- 6 entidades sociais locais;
- Mais de 24 mil arrecadados na praça de alimentação;
- 828 itens de higiene pessoal e limpeza coletados para doação.



### Conheça a programação:

5 de julho - Holambra / SP  
Circuito Credicitrus Safari

19 de julho Taiuva / SP  
Circuito Credicitrus Safari

9 de agosto Pirangi / SP  
Circuito Credicitrus Safari

14 de setembro Bebedouro / SP  
Circuito Credicitrus Safari

25 de outubro Lençóis Paulista / SP  
Circuito Credicitrus de Natal

8 de novembro Monte Aprazível / SP  
Circuito Credicitrus de Natal

22 de novembro Mogi-Mirim / SP  
Circuito Credicitrus de Natal

6 de dezembro Pitangueiras / SP  
Circuito Credicitrus de Natal

13 de dezembro Barretos / SP  
Circuito Credicitrus de Natal

# AGENDA DE SUSTENTABILIDADE

## Publicação do Relatório Semestral de Transparência Salarial

Conforme determina a Lei 14.611/2023, a Credicitrus publicou, no primeiro semestre, o Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres, referente ao primeiro semestre de 2025. O documento apresenta informações que possibilitam a comparação objetiva entre salários, remunerações e a proporção de mulheres e homens, assim como dados sobre raça, nos cargos de direção, gerência e coordenação.

O Relatório atual, assim como os anteriores, estão disponíveis para consulta no site institucional da Credicitrus:

<https://sicoobcredicitrus.com.br/demonstrativos/>

## Inventário de Gases de Efeito Estufa - IGEE

Pelo segundo ano consecutivo, a Credicitrus realizou o inventário de gases de efeito estufa (GEE), com o objetivo de mensurar e avaliar as emissões e propor medidas, visando a sua redução, a coleta de dados envolvendo os Escopos 1, 2 e 3 (parcial), aplicado de acordo com a metodologia GHG Protocol.

O inventário resultou em 716,24 toneladas de tCO<sub>2</sub>e, por escolha de compra. Com base nesses dados, foram estabelecidos indicadores para acompanhar a evolução das ações de mitigação.



## Implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Em 2025, a Credicitrus avançou na implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na Sede Administrativa, promovendo a conscientização e a adequação das práticas e procedimentos, como a gestão de resíduos sólidos, o consumo de água e o uso de energia, de acordo com os requisitos estabelecidos pela norma ABNT NBR ISO 14001:2015. Essa iniciativa reafirma o compromisso da Cooperativa com uma atuação ambientalmente responsável e voltada para a conservação do meio ambiente.





**CONSTRUIR OPORTUNIDADES.  
TRANSFORMAR VIDAS.**



O Instituto Credicitrus foi fundado em 28 de agosto de 2019, com o propósito de potencializar a disseminação dos princípios cooperativistas, especialmente o 5º - Educação, Formação e Informação e o 7º - Compromisso com a Comunidade, além de fortalecer o compartilhamento de valores sociais, ambientais e de governança (ESG) com os cooperados da Credicitrus e com a sociedade em geral.

Como estratégia de atuação, o Instituto passou a fomentar iniciativas inovadoras, desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Negócios de Impacto Social, nas áreas social, ambiental, cultural e

educacional. Por meio de parcerias de credibilidade, oportunidades de desenvolvimento passaram a ser viabilizadas, além de propostas educacionais e sociais que geram impacto ao promover novas formas de empreender, viver e crescer.

Desde sua constituição, o Instituto Credicitrus vem aprimorando continuamente sua estrutura de gestão, seus processos de avaliação de resultados e de mensuração de impacto, com o objetivo de ampliar a capacidade institucional de promover transformação social e cumprir seu compromisso de construir oportunidades e transformar vidas.

### Números do Instituto Credicitrus desde a fundação:

MAIS DE  
**1280**  
AÇÕES  
REALIZADAS

**162**  
PROJETOS  
REALIZADOS

**+ de  
357  
mil**  
PESSOAS IMPACTADAS  
DIRETAMENTE

CERCA DE  
**300**  
PARCERIAS  
FIRMADAS

MAIS DE  
**R\$ 40,9**  
MILHÕES  
INVESTIDOS

## PRINCIPAIS INICIATIVAS DESENVOLVIDAS EM 2025:

### PILAR EDUCACIONAL

O investimento em educação passou a ser reconhecido como um dos principais caminhos para o fortalecimento das pessoas, das organizações e da sociedade. Por essa razão, o Instituto Credicitrus direciona seus esforços ao desenvolvimento dos associados, promovendo iniciativas que estimulam o empreendedorismo, o protagonismo e o crescimento profissional, com destaque para as áreas de Tecnologia e Empreendedorismo.

• **Learning on Demand (LoD):** itinerário formativo em negócios, realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), na modalidade EAD, estruturado em quatro pilares: Cooperativismo, Gestão, Empreendedorismo e Inovação e Liderança de Pessoas. Na primeira fase, denominada Trilha de Extensão em Cooperativismo e Gestão, com 74 horas-aula, 425 associados concluíram, de um total de 500 vagas. Na segunda fase, o MBA Executivo em Gestão de Negócios e Liderança, com 360 horas-aula, encontra-se em andamento, com 50 associados matriculados.

• **EMPRETEC:** programa internacional de formação de empreendedores, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e promovido em mais de 40 países. No primeiro semestre de 2025, 88 associados da Credicitrus concluíram o programa, distribuídos em cinco turmas, realizadas nas cidades paulistas Araçatuba, Barretos, São José do Rio Preto e Bebedouro.

• **Forma TI:** programa gratuito de formação de novos profissionais em Tecnologia da Informação. No primeiro semestre de 2025, foram disponibilizadas 35 vagas para associados e membros da comunidade,

oferecendo trilhas personalizadas de aprendizagem, aulas presenciais e online e mentoria especializada.

• **Educação Financeira nas Escolas:** ações de sensibilização e aprendizado em Educação Financeira e Cooperativista, realizadas nas comunidades onde a Credicitrus atua, priorizando estudantes do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas.

• **CredicitrusPlay:** plataforma gamificada de Educação Financeira, que conectou o aprendizado ao universo digital, promovendo desafios e ações práticas. Atualmente conta com mais de 1.200 usuários.

• **Coleção “Meu Dinheirinho”:** conjunto de livros e materiais complementares sobre Educação Financeira e Cooperativismo, direcionados a crianças, adolescentes e famílias.

• **Open Education Global (OEG):** curso gratuito sobre Cooperativismo, com 8 horas-aula, disponibilizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com a rede internacional OEG, promovendo o acesso ao conhecimento da sociedade em geral. Até o início de maio de 2025, foram mais de 760 inscrições, com 274 certificados emitidos.

• **Co-opoly:** jogo de tabuleiro cooperativista, trazido com exclusividade ao Brasil pelo Instituto Credicitrus. Em 2025, com 2.000 unidades produzidas, o jogo foi distribuído para todos os colaboradores da Credicitrus e enviado a parceiros estratégicos. Atualmente, estão em desenvolvimento programas de treinamento voltados ao comportamento cooperativo e empreendedor, com o objetivo de ampliar o alcance educacional da iniciativa.

## PILAR AMBIENTAL

O compromisso com a preservação ambiental, o uso de recursos naturais de forma sustentável e o estímulo ao reflorestamento integram as ações institucionais do Instituto Credicitrus.

- **100 Nascentes:** projeto realizado em parceria com a Fundação Coopercitrus Credicitrus, voltado à recuperação de 100 nascentes e ao reflorestamento em propriedades rurais. Em especial, no município de Barretos/SP, está em andamento a recuperação de 30 nascentes, o que contribuirá para o abastecimento hídrico da cidade.

- **Edital de Energia Sustentável:** incentivo à instalação de Usinas Fotovoltaicas em organizações sociais, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e a otimização de recursos. Em 2025, foram selecionadas 28 organizações sociais de 24 cidades.



## PILAR SOCIAL

A construção de redes de proteção social e o apoio a iniciativas que promovem assistência, inclusão e geração de oportunidades para pessoas em situação de vulnerabilidade passaram a ser priorizadas nas ações do Instituto Credicitrus.

### Programa de Investimento Socioambiental (PIS) em 2025:

- **Edital de Geração de Renda:** previsto para o segundo semestre de 2025, visa a apoiar projetos que estimulem fontes sustentáveis de receita em organizações sociais.

- **Edital de Energia Sustentável:** em sinergia com o Pilar Ambiental, fomenta o uso de energia limpa.

- **Programa Mais Futuro:** iniciativa de apoio complementar a projetos sustentáveis. Em 2025, destaca-se o projeto “Vida Flor e Mini Vegetais”, voltado ao cultivo de alimentos de alta gastronomia em Ribeirão Preto, SP.

- **Programa de Doações Pontuais e de Máquinas e Equipamentos:** realização de doações financeiras e de itens reaproveitáveis, atendendo a demandas pontuais ou emergenciais de organizações sociais. No primeiro trimestre de 2025, 8 cidades foram contempladas com 10 doações.

- **Investimento que constrói:** parcerias estratégicas firmadas para o desenvolvimento de projetos de fortalecimento social, empreendedorismo e bem-estar, com o apoio de instituições como Enactus Brasil, Voluntariado Albert Einstein, Dadivar, Bee or not to Be, Instituto Sicoob e Fundação Coopercitrus Credicitrus.

## PILAR CULTURAL

O Instituto Credicitrus reconhece a cultura como ferramenta essencial para o fortalecimento de identidades e o estímulo ao diálogo social.

- **Projeto CompARTilhar:** projeto aprovado pelo Ministério da Cultura, que permite a captação de recursos via Lei Rouanet. A agenda inclui o evento “Café com Propósito”, que ocorreu em junho, para mobilização de contadores e empresas em prol da iniciativa.

- **Participação em Feiras e Eventos:** presença institucional em eventos como a Agrishow, com o objetivo de divulgar projetos de impacto social e fortalecer o relacionamento com associados e parceiros.

- **TransformARTE:** programa que concede benefício mensal e incentiva a criatividade, o bem-estar e o acesso à cultura pelos colaboradores e associados. No primeiro semestre, o projeto atendeu cerca de 120 colaboradores da Credicitrus.

- **VidAtiva:** programa de promoção da saúde e do bem-estar, com acesso subsidiado à plataforma Wellhub, oferecendo opções de academias, terapias e serviços de qualidade. Um case de sucesso entre instituições financeiras, atualmente conta com mais de 40% do quadro de colaboradores aderentes ao programa, com mais de 600 usuários.



### Cultura e Bem-Estar Integrados à Estrutura da Cooperativa

Projetos como o TransformARTE e o VidAtiva, inicialmente desenvolvidos como iniciativas de impacto social, passaram a ser incorporados à estrutura da Credicitrus, administrados pela área de Gente e Cultura, desde junho de 2025. Essa transição garante maior alinhamento institucional e aproximação com os colaboradores, consolidando o compromisso da Cooperativa com o bem-estar e o desenvolvimento integral das pessoas.

# RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º SEMESTRE DE 2025

Durante o primeiro semestre de 2025, o Comitê de Auditoria da Sicoob Credicitrus desempenhou suas atribuições estatutárias e regimentais com foco na supervisão das atividades de auditoria interna e externa, no acompanhamento dos controles internos, na gestão de riscos e na conformidade regulatória da cooperativa. As ações do Comitê foram pautadas pela busca contínua da integridade, transparência e aprimoramento dos processos de governança corporativa.

Ao longo do período, foram realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias, nas quais foram discutidos temas relevantes para a segurança e sustentabilidade da instituição. Dentre os principais assuntos tratados, destacam-se:

- **Monitoramento das atividades da Auditoria Interna**, com análise dos planos de trabalho, relatórios de auditoria e acompanhamento das recomendações emitidas, visando assegurar a efetividade dos controles e a mitigação de riscos operacionais.

- **Interação com a Auditoria Independente**, incluindo a revisão dos relatórios financeiros e das demonstrações contábeis, bem como a avaliação da qualidade e independência dos serviços prestados.

- **Acompanhamento dos principais indicadores de risco**, com ênfase nos riscos de crédito, mercado, operacional e socioambiental, além da análise dos planos de ação das áreas responsáveis.

- **Revisão dos controles internos e da conformidade regulatória**, com atenção especial às exigências do Banco Central do Brasil e às diretrizes do Sistema Sicoob.

- **Discussão de temas estratégicos**, como a evolução da estrutura de governança, o fortalecimento da cultura de controles e a preparação para mudanças regulatórias previstas.

O Comitê também atuou de forma colaborativa com os demais órgãos estatutários, contribuindo para a tomada de decisões informadas e alinhadas às melhores práticas. As deliberações e recomendações emitidas foram devidamente registradas em ata e encaminhadas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, conforme previsto nos normativos internos.

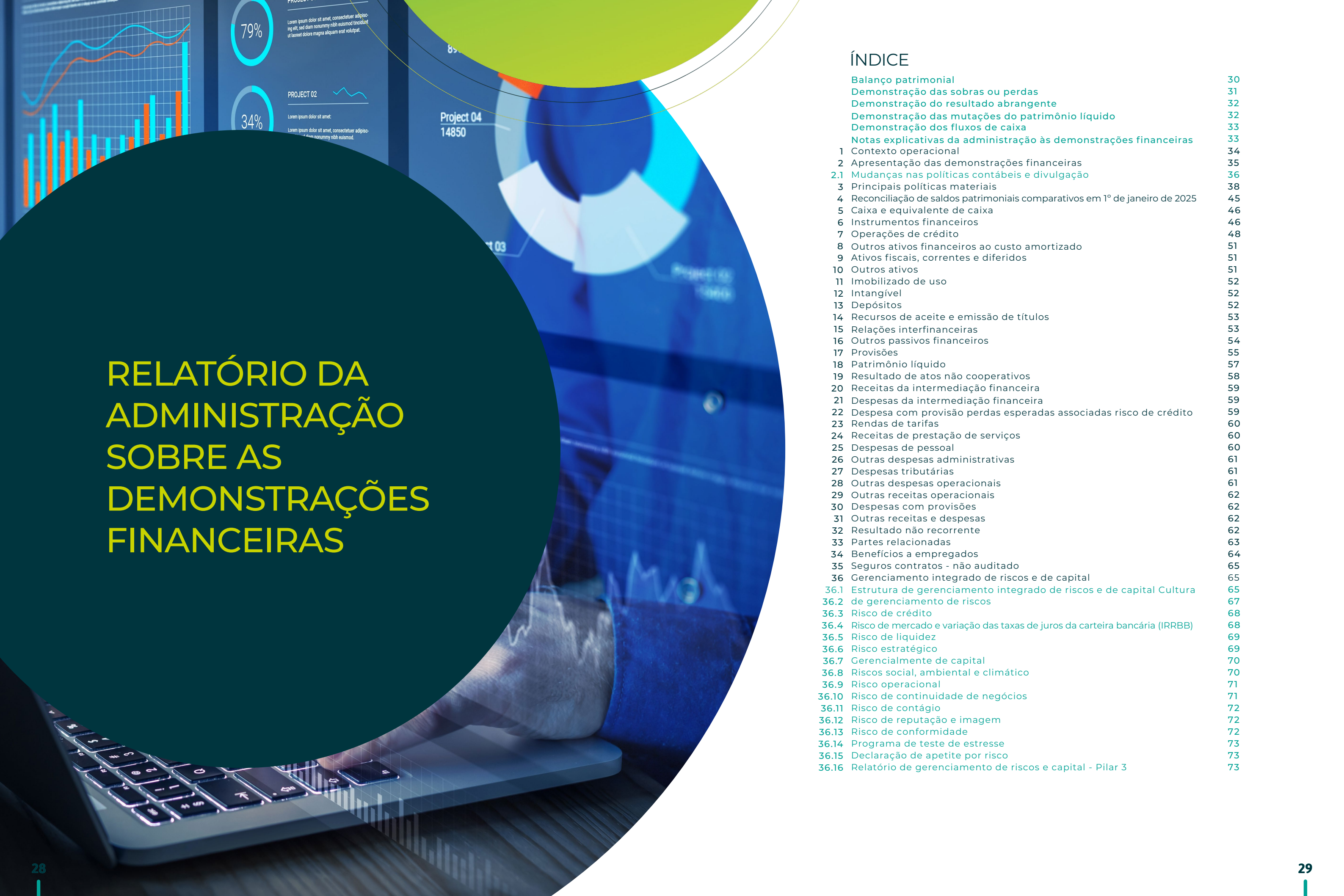
Em síntese, o Comitê de Auditoria reafirma seu compromisso com a integridade institucional da Sicoob Credicitrus, mantendo uma postura proativa e independente na fiscalização das atividades da cooperativa, com vistas à proteção dos interesses dos cooperados e à perenidade do negócio.

Bebedouro, SP, 25 de setembro de 2025.

**Maria Madalena Fernandes Rocha**  
Coordenadora do Comitê

**Claudemir Strachicini**  
Membro do Comitê

**Marcos Lourenço Santin**  
Membro do Comitê



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## ÍNDICE

|                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Balanço patrimonial                                                              | 30 |
| Demonstração das sobras ou perdas                                                | 31 |
| Demonstração do resultado abrangente                                             | 32 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido                                  | 32 |
| Demonstração dos fluxos de caixa                                                 | 33 |
| Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras                 | 33 |
| 1 Contexto operacional                                                           | 34 |
| 2 Apresentação das demonstrações financeiras                                     | 35 |
| 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação                                | 36 |
| 3 Principais políticas materiais                                                 | 38 |
| 4 Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025     | 45 |
| 5 Caixa e equivalente de caixa                                                   | 46 |
| 6 Instrumentos financeiros                                                       | 46 |
| 7 Operações de crédito                                                           | 48 |
| 8 Outros ativos financeiros ao custo amortizado                                  | 51 |
| 9 Ativos fiscais, correntes e diferidos                                          | 51 |
| 10 Outros ativos                                                                 | 51 |
| 11 Imobilizado de uso                                                            | 52 |
| 12 Intangível                                                                    | 52 |
| 13 Depósitos                                                                     | 52 |
| 14 Recursos de aceite e emissão de títulos                                       | 53 |
| 15 Relações interfinanceiras                                                     | 53 |
| 16 Outros passivos financeiros                                                   | 54 |
| 17 Provisões                                                                     | 55 |
| 18 Patrimônio líquido                                                            | 57 |
| 19 Resultado de atos não cooperativos                                            | 58 |
| 20 Receitas da intermediação financeira                                          | 59 |
| 21 Despesas da intermediação financeira                                          | 59 |
| 22 Despesa com provisão perdas esperadas associadas risco de crédito             | 59 |
| 23 Rendas de tarifas                                                             | 60 |
| 24 Receitas de prestação de serviços                                             | 60 |
| 25 Despesas de pessoal                                                           | 60 |
| 26 Outras despesas administrativas                                               | 61 |
| 27 Despesas tributárias                                                          | 61 |
| 28 Outras despesas operacionais                                                  | 61 |
| 29 Outras receitas operacionais                                                  | 62 |
| 30 Despesas com provisões                                                        | 62 |
| 31 Outras receitas e despesas                                                    | 62 |
| 32 Resultado não recorrente                                                      | 62 |
| 33 Partes relacionadas                                                           | 63 |
| 34 Benefícios a empregados                                                       | 64 |
| 35 Seguros contratos - não auditado                                              | 65 |
| 36 Gerenciamento integrado de riscos e de capital                                | 65 |
| 36.1 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital Cultura         | 65 |
| 36.2 de gerenciamento de riscos                                                  | 67 |
| 36.3 Risco de crédito                                                            | 68 |
| 36.4 Risco de mercado e variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB) | 68 |
| 36.5 Risco de liquidez                                                           | 69 |
| 36.6 Risco estratégico                                                           | 69 |
| 36.7 Gerencialmente de capital                                                   | 70 |
| 36.8 Riscos social, ambiental e climático                                        | 70 |
| 36.9 Risco operacional                                                           | 71 |
| 36.10 Risco de continuidade de negócios                                          | 71 |
| 36.11 Risco de contágio                                                          | 72 |
| 36.12 Risco de reputação e imagem                                                | 72 |
| 36.13 Risco de conformidade                                                      | 72 |
| 36.14 Programa de teste de estresse                                              | 73 |
| 36.15 Declaração de apetite por risco                                            | 73 |
| 36.16 Relatório de gerenciamento de riscos e capital - Pilar 3                   | 73 |

BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

| ATIVO                                                                       | NOTAS | 30/06/2025<br>16.533.104 |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------|--------------------------|
| DISPONIBILIDADES                                                            | 5     | 44.882                   |
| ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO                                      |       | 15.378.208               |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas    | 6.1 a | 966.133                  |
| Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas              | 6.1 b | 1.870.972                |
| Relações Interfinanceiras, Líquido de Provisão para Perdas                  | 5     | 3.842.430                |
| Operações de Crédito                                                        | 7.1   | 6.827.905                |
| Outros Créditos, Líquido de Provisão para Perdas                            | 7.2   | 2.246.951                |
| Outros Ativos Financeiros                                                   | 8     | 23.584                   |
| (-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO              | 7.1   | (399.767)                |
| ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES |       | 431.448                  |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas    | 6.2   | 431.448                  |
| ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO                     |       | 521.536                  |
| Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas              | 6.3   | 521.536                  |
| ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS                                       | 9     | 3.574                    |
| OUTROS ATIVOS                                                               | 10    | 35.101                   |
| IMOBILIZADO DE USO                                                          | 11    | 237.411                  |
| INTANGÍVEL E ÁGIO                                                           | 12    | 20.208                   |
| (-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES                                             |       | (139.264)                |
| (-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso                       | 11    | (128.936)                |
| (-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis                             | 12    | (10.328)                 |
| TOTAL DO ATIVO                                                              |       | 16.533.104               |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                                                |       | 16.533.104               |
| PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO                                    |       | 13.200.634               |
| DEPÓSITOS                                                                   | 13    | 7.462.768                |
| Depósitos à Vista                                                           |       | 1.647.598                |
| Depósitos Sob Aviso                                                         |       | 1.837                    |
| Depósitos a Prazo                                                           |       | 5.813.197                |
| Outros Depósitos                                                            |       | 136                      |
| RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS                                    | 14    | 4.109.229                |
| Recursos de Letras Imobiliárias, Hipót., Créd. e Similares                  |       | 4.109.229                |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS                                                   | 15.1  | 1.299.174                |
| Repasses Interfinanceiros                                                   |       | 1.299.174                |
| OUTROS PASSIVOS                                                             | 16.1  | 178.116                  |
| Outros Pasivos Financeiros                                                  |       | 84                       |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses                                       | 16 a  | 8.911                    |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados                           |       | 2.327                    |
| Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas                                   |       | 14.445                   |
| Outras Obrigações                                                           | 16 b  | 152.349                  |
| PROVISÕES                                                                   | 17    | 151.347                  |
| Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros                  |       | 11.475                   |
| Provisão para Pagamento a Efetuar                                           |       | 32.162                   |
| Provisão para Contingências                                                 |       | 107.710                  |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO                                                          |       | 3.332.470                |
| Capital Social                                                              | 18.1  | 1.975.440                |
| Reservas de sobras                                                          |       | 1.108.485                |
| Sobras ou perdas acumuladas                                                 | 18.3  | 248.545                  |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                                       |       | 16.533.104               |

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS  
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

|                                                                          | NOTAS | 30/06/2025 |
|--------------------------------------------------------------------------|-------|------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA                                      |       | 1.181.712  |
| Operações de Crédito                                                     | 20.1  | 750.732    |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários                 | 20.2  | 151.929    |
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez                     | 20.3  | 90.862     |
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos                                 | 5 a   | 188.189    |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA                                      | 21    | (655.606)  |
| Operações de Captação no Mercado                                         | 13.2  | (599.432)  |
| Operações de Empréstimos e Repasses                                      | 15.2  | (56.174)   |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA                               |       | 526.106    |
| PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO                 | 22    | (114.896)  |
| RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA                             |       | 411.210    |
| OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS                                    |       | (148.126)  |
| Rendas de Tarifas Bancárias                                              | 23    | 890        |
| Receitas de Prestação de Serviços                                        | 24    | 54.042     |
| Despesas de Pessoal                                                      | 25    | (109.278)  |
| Outros Despesas Administrativas                                          | 26    | (83.955)   |
| Despesas Tributárias                                                     | 27    | (1.930)    |
| Outros Despesas Operacionais                                             | 28    | (72.109)   |
| Outras Receitas Operacionais                                             | 29    | 64.214     |
| PROVISÕES                                                                | 30    | 203        |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas                             |       | 203        |
| RESULTADO OPERACIONAL                                                    |       | 263.287    |
| OUTRAS RECEITAS E DESPESAS                                               | 31    | 2.463      |
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES                     |       | 265.750    |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL                                   |       | (5.579)    |
| Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados                               |       | (3.484)    |
| Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados                            |       | (2.095)    |
| PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS                                                 |       | (8.490)    |
| SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL | 18.3  | 251.681    |

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

|                                                                          | NOTAS | 30/06/2025 |
|--------------------------------------------------------------------------|-------|------------|
| SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL | 18.3  | 251.681    |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES                                            | -     | -          |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE                                            | 18.3  | 251.681    |

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

| DESCRIÇÃO                                                                | NOTAS | CAPITAL SUBSCRITO | CAPITAL A REALIZAR | RESERVA LEGAL | OUTRAS RESERVAS | SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | TOTAIS TOTAIS |
|--------------------------------------------------------------------------|-------|-------------------|--------------------|---------------|-----------------|-----------------------------|---------------|
| Saldos em 31/12/2024                                                     |       | 1.918.193         | (2.585)            | 1.023.614     | 2.960           | 139.909                     | 3.082.091     |
| Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21                                    | 18.3  | -                 | -                  | -             | -               | (3.136)                     | (3.136)       |
| Destinações das Sobras do Exercício Anterior:                            |       |                   |                    |               |                 | -                           | -             |
| Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior                      | 18.3  | -                 | -                  | 81.919        | -               | (81.919)                    | -             |
| Distribuição de sobras para associados                                   | 18.3  | 33.200            | -                  | -             | -               | (57.990)                    | (24.790)      |
| Movimentação de Capital:                                                 |       |                   |                    |               |                 |                             |               |
| Por Subscrição/Realização                                                |       | 54.141            | 554                | -             | -               | -                           | 54.695        |
| Por Devolução ( - )                                                      |       | (28.063)          | -                  | (8)           | -               | -                           | (28.071)      |
| Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital | 18.3  | -                 | -                  | -             | -               | 251.681                     | 251.681       |
| SALDOS EM 30/06/2025                                                     |       | 1.977.471         | (2.031)            | 1.105.525     | 2.960           | 248.545                     | 3.332.470     |

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

|                                                                          | NOTAS | 30/06/2025 |
|--------------------------------------------------------------------------|-------|------------|
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES                     |       | 265.750    |
| Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo                | 29    | (48.880)   |
| Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | 22    | 114.896    |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas                             | 30    | (203)      |
| Provisões/Reversões Não Operacionais                                     | 31    | (2.549)    |
| Atualização de Depósitos em Garantia                                     | 29    | (570)      |
| Depreciações e Amortizações                                              | 26    | 10.762     |
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO            |       | 339.206    |
| (Aumento)/Redução em Ativos Operacionais                                 |       |            |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez                                  |       | 115.440    |
| Títulos e Valores Mobiliários                                            |       | 577.794    |
| Operações de Crédito                                                     |       | (447.653)  |
| Outros Ativos Financeiros                                                |       | (47.648)   |
| Ativos Fiscais Correntes e Diferidos                                     |       | (954)      |
| Outros Ativos                                                            |       | (1.040)    |
| Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais                               |       |            |
| Depósitos à Vista                                                        |       | 66.821     |
| Depósitos sob Aviso                                                      |       | (20)       |
| Depósitos a Prazo                                                        |       | (312.104)  |
| Outros Depósitos                                                         |       | (125.905)  |
| Recursos de Aceite e Emissão de Títulos                                  |       | 507.724    |
| Relações Interfinanceiras                                                |       | 305.273    |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses                                    |       | 8.773      |
| Outros Passivos Financeiros                                              |       | (409)      |
| Provisões                                                                |       | 21.759     |
| Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas                                 |       | (17.254)   |
| Outros Passivos                                                          |       | 12.050     |
| Imposto de Renda Pago                                                    |       | (262)      |
| Contribuição Social Pago                                                 |       | (1.739)    |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS            |       | 999.852    |
| Atividades de Investimentos                                              |       |            |
| Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo               | 29    | 47.675     |
| Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo        | 29    | 1.205      |
| Aquisição de Intangível                                                  |       | (1.569)    |
| Aquisição de Imobilizado de Uso                                          |       | (14.155)   |
| Aquisição de Investimentos                                               |       | (50.334)   |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS        |       | (17.178)   |
| Atividades de Financiamentos                                             |       |            |
| Aumento por novos aportes de Capital                                     |       | 54.695     |
| Devolução de Capital aos Cooperados                                      |       | (28.071)   |
| Distribuição de Sobras para Associados Pago                              |       | (24.790)   |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS       |       | 1.834      |
| AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES                        |       |            |
| Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa                   |       | 984.508    |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período                       |       | 2.902.804  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período                          | 5     | 3.887.312  |
| Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa                        |       | 984.508    |

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus é uma cooperativa de crédito singular, com sede em Bebedouro – SP, instituição financeira não bancária, fundada em 14 de setembro de 1983, filiada à Cooperativa Central de Crédito do ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SÃO PAULO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas da Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, junto a outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, e pelas Resoluções CMN nº 4.910/2021, 4.970/2021, 5.051/2022 e 5.131/2024, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições.

A Sicoob Credicitrus possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Aguaí – SP, Agudos – SP, Altinópolis – SP, Amparo – SP, Aparecida do Taboado – MS, Araçatuba – SP, Araraquara – SP, Araras – SP, Avaré – SP, Bariri – SP, Barretos – SP, Batatais – SP, Bauru – SP, Bebedouro – SP, Birigui – SP, Borborema – SP, Botucatu – SP, Brodowski – SP, Buritizal – MG, Campinas – SP, Campos Gerais – MG, Capetinga – MG, Casa Branca – SP, Cassia – MG, Catanduva – SP, Colina – SP, Conquista – MG, Cristais Paulista – SP, Dois Córregos – SP, Fernandópolis – SP, Franca – SP, Frutal – MG, Garça – SP, Guaíra – SP, Guará – SP, Holambra – SP, Ibiraci – MG, Ibitinga – SP, Igarapava – SP, Itajobi – SP, Itápolis – SP, Itatinga – SP, Itaú de Minas – MG, Itirapuã – SP, Jaguariúna – SP, Jales – SP, Jardinópolis – SP, Jaú – SP, Jose Bonifácio – SP, Jundiá – SP, Lençóis Paulista – SP, Limeira – SP, Lins

– SP, Marília – SP, Matão – SP, Mirassol – SP, Mococa – SP, Mogi Mirim – SP, Monte Alto – SP, Monte Aprazível – SP, Monte Azul Paulista – SP, Morro Agudo – SP, Nova Granada – SP, Novo Horizonte – SP, Nuporanga – SP, Olímpia – SP, Paraíso – SP, Passos – MG, Patrocínio – MG, Patrocínio Paulista – SP, Paulínia – SP, Pedregulho – SP, Penápolis – SP, Pereira Barreto – SP, Pindamonhangaba – SP, Pirangi – SP, Pirassununga – SP, Pitangueiras – SP, Poços de Caldas – MG, Porto Ferreira – SP, Ribeirão Preto – SP, Rio Claro – SP, Sales Oliveira – SP, Santa Adélia – SP, Santa Cruz das Palmeiras – SP, Santa Fé do Sul – SP, Santo Antônio da Alegria – SP, São Carlos – SP, São José da Bela Vista – SP, São José do Rio Preto – SP, São José dos Campos – SP, São Manuel – SP, São Paulo – SP, Tabatinga – SP, Taiuva – SP, Tambaú – SP, Taquaritinga – SP, Taubaté – SP, Uberaba – MG, Uberlândia – MG, Urupês – SP, Varginha – MG, Viradouro – SP, Vista Alegre do Alto – SP.

A Sicoob Credicitrus tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando a preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das projeções financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis. Adicionalmente, foram consideradas as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

A aprovação e emissão das Demonstrações Financeiras aqui apresentadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 25 de setembro de 2025.

### b) Convergência às normas internacionais de contabilidade.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir com as normas recepcionadas:

| Pronunciamentos CPC                                              | Resolução CMN nº  |
|------------------------------------------------------------------|-------------------|
| <b>CPC 00 (R2)</b>                                               | <b>4.924/2021</b> |
| Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro                   |                   |
| <b>CPC 01 (R1)</b>                                               | <b>4.924/2021</b> |
| Redução ao Valor Recuperável de Ativos                           |                   |
| <b>CPC 03 (R2)</b>                                               | <b>4.818/2020</b> |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa                                 |                   |
| <b>CPC 04 (R1)</b>                                               | <b>4.534/2016</b> |
| Ativo Intangível                                                 |                   |
| <b>CPC 05 (R1)</b>                                               | <b>4.818/2020</b> |
| Divulgação sobre Partes Relacionadas                             |                   |
| <b>CPC 06 (R2)</b>                                               | <b>4.975/2021</b> |
| Operações de Arrendamento Mercantil                              |                   |
| <b>CPC 10 (R1)</b>                                               | <b>3.989/2011</b> |
| Pagamento Baseado em Ações                                       |                   |
| <b>CPC 23</b>                                                    | <b>4.924/2021</b> |
| Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro |                   |
| <b>CPC 24</b>                                                    | <b>4.818/2020</b> |
| Evento Subsequente                                               |                   |
| <b>CPC 25</b>                                                    | <b>3.823/2009</b> |
| Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes           |                   |
| <b>CPC 27</b>                                                    | <b>4.535/2016</b> |
| Ativo Imobilizado                                                |                   |
| <b>CPC 28</b>                                                    | <b>4.967/2021</b> |
| Propriedade para investimento                                    |                   |
| <b>CPC 33 (R1)</b>                                               | <b>4.877/2020</b> |
| Benefícios a Empregados                                          |                   |
| <b>CPC 41</b>                                                    | <b>4.818/2020</b> |
| Resultado por Ação                                               |                   |
| <b>CPC 46</b>                                                    | <b>4.924/2021</b> |
| Mensuração do Valor Justo                                        |                   |
| <b>CPC 47</b>                                                    | <b>4.924/2021</b> |
| Receita de Contrato com Cliente                                  |                   |

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta Cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN 4.966/2021 e Resolução BCB 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

### c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

## 2.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

### a) Mudanças em vigor

A seguir, um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

- Resolução CMN 4.966/2021 e Resolução BCB 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;

a.2 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e nas suas características contratuais de fluxos de caixa, e não mais com base na intenção;

a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;

a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;

a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos

financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

- Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõem sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essas normas estabelecem os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. As normas são aplicáveis a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, destaca-se reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O BCB reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) **Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de

2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) **Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433**, atualizadas em 5 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

### b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, optando por não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de

janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

### c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, institui os tributos IBS, CBS e IS, promovendo ampla reformulação no sistema tributário nacional. Para as cooperativas de crédito, a norma preserva o tratamento diferenciado dos atos cooperativos, mantendo a não incidência do IBS e da CBS sobre operações realizadas entre cooperativas e seus associados. No entanto, operações com terceiros permanecem sujeitas à tributação. A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/1/2025.

Não haverá alterações nas apurações de tributos em 2025. A Cooperativa está acompanhando as discussões e aguarda regulamentações adicionais para avaliar os impactos da reforma tributária de forma específica.

- Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados: estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

#### 3.1 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### 3.2 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### 3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central Sicoob SP e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

#### 3.4 Instrumentos Financeiros

##### I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

**Modelo de Negócio 1:** manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

**Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. **Modelo de Negócio 2:** gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

**Modelo de Negócio 3:** outros modelos de negócios.

**Valor Justo no Resultado:** utilizado para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ). Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, são consideradas, entre outras, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado

e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ, a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, pois elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

##### II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

**Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

**Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente, são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido

intitulado “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

**Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:** são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

##### III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

**Instrumentos Financeiros – Nível 1:** o valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

**Instrumentos Financeiros – Nível 2:** o valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

**Instrumentos Financeiros – Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

##### IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Cooperativa reclassificou seus ativos e passivos financeiros no exercício apresentado, demonstrados no quadro de reclassificação da nota 4.

##### V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos

cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

### 3.5 Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado, deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa, em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então são baixados como redução, ajustadas ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de “swap” são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, apropriado como receita ou despesa.

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966/2021, pois são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Cooperativa não

realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 3.6 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas à concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

### 3.7 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo

parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias. Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

### 3.8 Provisão para Perdas

#### I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”);
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

#### II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

**Estágio 1:** refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

**Estágio 2:** refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).

**Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3, determinado pela Resolução BCB nº 352/2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

### III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito devem estar em estágio 3. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento, como quando ele está em situação de recuperação judicial.

#### IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: a PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: a LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa, para que consiga através de modelos, mensurar a probabilidade esperada de perda, dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: é a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

#### 3.9 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

Operações reestruturadas são renegociações que impliquem em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Os instrumentos financeiros são alocados em estágios (estágio 1, estágio 2 e estágio 3) e classificados em Carteiras

(C1 a C5) com base na modalidade, submodalidade e garantias e demais requisitos estipulados pela Resolução BCB 352/2023. Ativos problemáticos (com problema de recuperação de crédito) são alocados no estágio 3, podendo em determinadas situações, a marcação ser arrastada para outras operações de uma mesma contraparte ou grupo econômico.

O arrasto é realizado para a condição de Ativo Problemático, não sendo observadas situações de exclusão por materialidade. Os ativos financeiros são classificados em dois grupos para tratamento das carteiras, atacado e varejo. No atacado, todas as operações da contraparte e contrapartes conectadas são arrastadas, exceto as operações com risco significativamente menor. No varejo, todas as operações dentro do mesmo Grupo Homogêneo de Risco e mesma contraparte são arrastadas.

O modelo interno de mensuração da provisão para perda esperada do Sicoob considera fatores, como: O risco do associado, o tipo de pessoa, os tipos de produtos, as garantias, os aspectos que evidenciam aumento de risco, os cenários macroeconômicos, e a caracterização de ativo problemático.

A perda incorrida é atribuída aos ativos inadimplidos de acordo com os percentuais mínimos definidos pelo BCB (Resolução BCB nº 352/2023). As diferenças entre os pisos mínimos e os percentuais do modelo interno do Sicoob, são tratados como perda esperada.

A cura de ativo problemático observa parâmetros definidos em modelo interno do Sicoob e é executada com periodicidade mensal.

A contratação de operações e as ações para a recuperação de créditos em atraso são realizadas em conformidade com as normas de crédito, utilizando sistemas informatizados e respeitando as condições de mercado.

#### 3.10 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados, dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

#### 3.11 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito, com retenção substancial de riscos e benefícios, passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros, objetos da cessão, permanecem registrados como operações de crédito, e o valor recebido, como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

#### 3.12 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens.

#### 3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens.

#### 3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações

financeiras.

#### 3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### 3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### 3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas. As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.18 Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município, sede do Ponto de Atendimento (PA), que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são

apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses, após a data-base do balanço, estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3.20 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025.

4. RECONCILIAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS COMPARATIVOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma, foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

| DESCRIÇÃO                                                                              | VALOR CONTÁBIL   |
|----------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| <b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024</b>                                    | <b>3.082.091</b> |
| Perda de crédito esperada para operações de crédito                                    | 2.791            |
| Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros                               | (6.164)          |
| Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito                                   | 237              |
| <b>Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966/2021 em 1º de janeiro de 2025</b> | <b>3.078.955</b> |

b) A seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021.:

| NOMENCLATURA EM 31/12/2024                  | ATIVO FINANCEIRO                                              | CAPITAL A REALIZAR | REMENSURAÇÕES/ RECLASSIFICAÇÕES (1) | SALDO EM 1/1/2025 | NOVA CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN 4.966/2021 |
|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------|
| Aplicação Interfinanceira de Liquidez       | Aplicação Interfinanceira de Liquidez                         | 1.513.086          | -                                   | 848.912           | Custo Amortizado                                            |
|                                             |                                                               |                    |                                     | 664.174           | Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes                |
| Aplicação Interfinanceira de Liquidez       | Provisão para perdas esperadas                                | -                  | (1.934)                             | (1.934)           | Custo Amortizado                                            |
| Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos | Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos                   | 2.922.951          | -                                   | 2.451.748         | Custo Amortizado                                            |
|                                             |                                                               |                    |                                     | 471.203           | Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes                |
| Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos | Provisão para perdas esperadas                                | -                  | (4.231)                             | (4.231)           | Custo Amortizado                                            |
| Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos | CPRF                                                          | 2.140.898          | (2.140.898)                         | -                 | Custo Amortizado                                            |
| Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos | Provisão para desvalorização de Títulos Livres                | (17.883)           | 17.883                              | -                 | Custo Amortizado                                            |
| Relações Interfinanceiras                   | Relações Interfinanceiras e Interdependências                 | 2.860.640          | -                                   | 2.860.640         | Custo Amortizado                                            |
| Operações de Crédito                        | Operações de Crédito                                          | 6.460.179          | 236                                 | 6.460.415         | Custo Amortizado                                            |
| Operações de Crédito                        | Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito | (325.981)          | (5.073)                             | (331.054)         | Custo Amortizado                                            |
| Outros Créditos                             | Créditos por Avais e Fianças Horados                          | 17.986             | -                                   | 17.986            | Custo Amortizado                                            |
| Outros Créditos                             | Provisão para perdas esperadas                                | (14.223)           | 174                                 | (14.049)          | Custo Amortizado                                            |
| Outros Créditos                             | Outras Operações com Características de Concessão de Crédito  | 51.158             | -                                   | 51.158            | Custo Amortizado                                            |
| Outros Créditos                             | Provisão para perdas esperadas                                | (2.002)            | (677)                               | (2.679)           | Custo Amortizado                                            |
| Outros Créditos                             | CPRF                                                          | -                  | 2.140.900                           | 2.140.900         | Custo Amortizado                                            |
| Outros Créditos                             | Provisão para perdas esperadas                                | -                  | (14.365)                            | (14.365)          | Custo Amortizado                                            |
| Outros Ativos Financeiros                   | Outros Ativos Financeiros                                     | 3.315              | -                                   | 3315              | Custo Amortizado                                            |
| Outros Ativos Financeiros                   | Provisão para perdas esperadas                                | (2.373)            |                                     | (2.373)           | Custo Amortizado                                            |
| <b>Total Ativos Financeiros</b>             |                                                               | <b>15.607.751</b>  | <b>(7.985)</b>                      | <b>15.599.766</b> |                                                             |

| NOMENCLATURA EM 31/12/2024                  | PASSIVO FINANCEIRO                                         | CAPITAL A REALIZAR | REMESSURAS/ RECLASSIFICAÇÕES (1) | SALDO EM 1/1/2025 | NOVA CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN 4.966/2021 |
|---------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------|
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | Depósitos                                                  | 7.707.934          | 126.041                          | 7.833.975         | Custo Amortizado                                            |
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares | 3.601.505          | -                                | 3.601.505         | Custo Amortizado                                            |
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | Relações Interfinanceiras                                  | 993.901            | -                                | 993.901           | Custo Amortizado                                            |
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | Ordens de Pagamento                                        | 126.041            | (126.041)                        | -                 | Custo Amortizado                                            |
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | Provisão para perdas esperadas                             | 16.579             | (4.849)                          | 11.730            | Custo Amortizado                                            |
| Total Passivos Financeiros                  |                                                            | 12.445.960         | (4.849)                          | 12.441.111        |                                                             |

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

| 30/06/2025                                               |                      |                |               |
|----------------------------------------------------------|----------------------|----------------|---------------|
| DESCRIÇÃO                                                | VALOR CONTÁBIL BRUTO | PERDA ESPERADA | SALDO LÍQUIDO |
| Disponibilidades                                         | 44.882               | -              | 44.882        |
| Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (a) | 3.842.430            | -              | 3.842.430     |
| SALDO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA                       | 3.887.312            | -              | 3.887.312     |

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP, conforme determina o art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 30 de junho de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

| DESCRIÇÃO                               | 30/06/2025 |
|-----------------------------------------|------------|
| Rendimentos da Centralização Financeira | 188.189    |

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

#### a) Composição das aplicações interfinanceiras e liquidez:

| 30/06/2025                                                     |            |                |         |
|----------------------------------------------------------------|------------|----------------|---------|
| DESCRIÇÃO                                                      | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL   |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Custo Amortizado (i) | 449.950    | 518.181        | 968.131 |
| Provisão para Perda Esperada                                   | (1.425)    | (573)          | (1.998) |
| TOTAL                                                          | 448.525    | 517.608        | 966.133 |

i) Referem-se às aplicações em CDI (Depósitos Interfinanceiros) em instituição financeira de primeira linha, com nível de rating sólido e remuneração em média de 103,34% do CDI.

### b) Composição dos títulos e valores mobiliários:

| 30/06/2025                                           |            |                |           |
|------------------------------------------------------|------------|----------------|-----------|
| DESCRIÇÃO                                            | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL     |
| Títulos e Valores Mobiliários - Custo Amortizado (i) | 1.049.953  | 828.232        | 1.878.185 |
| Provisão para Perda Esperada                         | (2.809)    | (4.404)        | (7.213)   |
| TOTAL                                                | 1.047.144  | 823.828        | 1.870.972 |

i) Referem-se às aplicações em Títulos de Renda Fixa nas modalidades de Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na Sicoob SP e em Letras Financeiras – LF em instituição financeira de primeira linha, com nível de rating sólido.

| DESCRIÇÃO                                                      | CIRCULANTE | PERDA ESPERADA | SALDO LÍQUIDO |
|----------------------------------------------------------------|------------|----------------|---------------|
| Títulos de Renda Fixa – LF Outras Instituições Financeiras (i) | 1.460.997  | (7.213)        | 1.453.784     |
| Títulos de Renda Fixa – RDC Sicoob SP (ii)                     | 417.188    | -              | 417.188       |
| TOTAL                                                          | 1.878.185  | (7.213)        | 1.870.972     |

i) Referem-se às aplicações em Letras Financeiras – LF em instituição financeira de primeira linha, com nível de rating sólido e remuneração em média de 104,01% do CDI.  
ii) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na Sicoob SP, com remuneração de, aproximadamente, 104,95% do CDI.

### 6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

| 30/06/2025                                          |                      |                |               |
|-----------------------------------------------------|----------------------|----------------|---------------|
| DESCRIÇÃO                                           | VALOR CONTÁBIL BRUTO | PERDA ESPERADA | SALDO LÍQUIDO |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – VJORA (i) | 431.448              | -              | 431.448       |

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

i)Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob, com remuneração entre 100% do CDI.

### 6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

| 30/06/2025                              |                |               |
|-----------------------------------------|----------------|---------------|
| DESCRIÇÃO                               | VALOR CONTÁBIL | SALDO LÍQUIDO |
| Títulos e Valores Mobiliários – VJR (i) | 521.536        | 521.536       |

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

i) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1º /4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo BCB não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo, conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

| TIPO                                                                                    | ATÉ 90  | DE 91 a 360 | ACIMA DE 360 | 30/06/2025 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------------|--------------|------------|
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Outras Instituições Financeiras (Nota 6.1 a) | 165.399 | 283.126     | 517.608      | 966.133    |
| Aplicações Interfinanceiros de Liquidez - VJORA - Sicoob (Nota 6.2)                     | 36.584  | 394.864     | -            | 431.448    |
| Títulos de Renda Fixa - (Nota 6.1 b)                                                    | 98.287  | 948.856     | 823.829      | 1.870.972  |
| Participações de Cooperativas (Nota 6.3)                                                | 521.536 | -           | -            | 521.536    |
| Total                                                                                   | 821.806 | 1.626.846   | 1.341.437    | 3.790.089  |

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

|                                                   |                |                | 30/06/2025    |
|---------------------------------------------------|----------------|----------------|---------------|
| DESCRIÇÃO                                         | VALOR CONTÁBIL | PERDA ESPERADA | SALDO LIQUIDO |
| Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado | 2.846.316      | (9.211)        | 2.837.105     |
| Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA            | 431.448        | -              | 431.448       |
| Ativos Financeiros Mensurados ao VJR              | 521.536        | -              | 521.536       |
| TOTAL                                             | 3.799.300      | (9.211)        | 3.790.089     |

6.6 Reclassificação de Modelos de Negócios

Em 1º de janeiro de 2025, em decorrência da alteração no modelo de negócios, foram reclassificadas para o grupo de “Outros Créditos” as operações de Cédula de Produto Rural (CPR), anteriormente classificadas como “Títulos e Valores Mobiliários” até 31 de dezembro de 2024. O saldo reclassificado foi de R\$ 2.140.900 mil, sem alteração nos critérios de classificação e mensuração desses ativos, conforme evidenciado na nota 4 b.

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

| POR CATEGORIA                                                                 | 30/06/2025 |
|-------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado                             | 211.148    |
| Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes | 31.643     |
| Total                                                                         | 242.791    |

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AO CUSTO AMORTIZADO

7.1 Operações de Crédito

a) Composição da carteira mensurados ao custo amortizado

| DESCRIÇÃO                                                      | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL     |
|----------------------------------------------------------------|------------|----------------|-----------|
| Adiantamento a Depositantes                                    | 8.146      | -              | 8.146     |
| Cheque Especial                                                | 151.802    | -              | 151.802   |
| Empréstimos                                                    | 1.396.444  | 1.185.633      | 2.582.077 |
| Direitos Creditórios Descontados                               | 289.360    | -              | 289.360   |
| Financiamentos                                                 | 255.867    | 474.256        | 730.123   |
| Financiamentos Rurais (i)                                      | 1.951.109  | 1.115.288      | 3.066.397 |
| Total de Operações de Crédito                                  | 4.052.728  | 2.775.177      | 6.827.905 |
| (-) Provisões para perdas esperadas assoc. ao risco de crédito | (257.343)  | (142.424)      | (399.767) |
| TOTAL                                                          | 3.795.385  | 2.632.753      | 6.428.138 |

i) Abaixo, a abertura do valor contábil dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

|                                                            |  | TOTAL SALDO CONTÁBIL BRUTO |
|------------------------------------------------------------|--|----------------------------|
| Financiamentos com Recursos Próprios                       |  | 135.615                    |
| Custeio Agricultura                                        |  | 34.484                     |
| Custeio Pecuária                                           |  | 63.275                     |
| Investimento Agricultura                                   |  | 35.093                     |
| Investimento Pecuária                                      |  | 2.763                      |
| Financiamentos com recursos direcionados à vista           |  | 373.195                    |
| Custeio Agricultura                                        |  | 180.424                    |
| Custeio Pecuária                                           |  | 124.795                    |
| Industrialização Agricultura                               |  | 62.745                     |
| Industrialização Pecuária                                  |  | 5.231                      |
| Financiamentos com recursos direcionados da Poupança Rural |  | 493.525                    |
| Custeio Agricultura                                        |  | 243.585                    |
| Custeio Pecuária                                           |  | 249.717                    |
| Investimento Agricultura                                   |  | 223                        |
| Financiamentos com recursos direcionados de LCA            |  | 1.986.505                  |
| Custeio Agricultura                                        |  | 460.155                    |
| Custeio Pecuária                                           |  | 250.846                    |
| Investimento Agricultura                                   |  | 438.623                    |
| Investimento Pecuária                                      |  | 38.987                     |
| Comercialização Agricultura                                |  | 795.733                    |
| Comercialização Pecuária                                   |  | 2.161                      |
| Financiamentos com recursos Fontes Públicas                |  | 77.557                     |
| Custeio Agricultura                                        |  | 19.713                     |
| Comercialização Agricultura                                |  | 57.844                     |
| TOTAL                                                      |  | 3.066.397                  |

b) Composição do valor contábil da carteira de crédito por faixa de vencimento:

| TIPO                                           | ATÉ 90    | DE 91 a 360 | ACIMA DE 360 | 30/06/2025 |
|------------------------------------------------|-----------|-------------|--------------|------------|
| Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados | 908.439   | 937.313     | 1.185.633    | 3.031.385  |
| Financiamentos                                 | 84.981    | 170.886     | 474.256      | 730.123    |
| Financiamentos Rurais                          | 509.058   | 1.442.051   | 1.115.288    | 3.066.397  |
| Total                                          | 1.502.478 | 2.550.250   | 2.775.177    | 6.827.905  |

c) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica:

|                           |                |               |                      |            | 30/06/2025    |
|---------------------------|----------------|---------------|----------------------|------------|---------------|
| DESCRIÇÃO                 | EMPRÉSTIMOS/TD | FINANCIAMENTO | FINANCIAMENTO RURAIS | 30/06/2025 | % NA CARTEIRA |
| Setor Privado - Comércio  | 547.107        | 80.148        | 131.558              | 758.813    | 11,11%        |
| Setor Privado - Indústria | 162.684        | 32.849        | 152.077              | 347.610    | 5,09%         |
| Setor Privado - Serviços  | 399.128        | 119.103       | 4.786                | 523.017    | 7,66%         |
| Pessoa Física             | 1.897.402      | 477.777       | 2.430.373            | 4.805.552  | 70,39%        |
| Outros                    | 25.064         | 20.246        | 347.603              | 392.913    | 5,75%         |
| TOTAL                     | 3.031.385      | 730.123       | 3.066.397            | 6.827.905  | 100,00%       |

d) Concentração dos Principais Devedores

|                      |  |           | 30/06/2025    |
|----------------------|--|-----------|---------------|
| DESCRIÇÃO            |  |           | % NA CARTEIRA |
| Maior Devedor        |  | 161.119   | 1,77%         |
| 10 Maiores Devedores |  | 1.030.579 | 11,30%        |
| 50 Maiores Devedores |  | 2.429.192 | 26,65%        |

Compõem o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

e) Operações Renegociadas e Reestruturadas

As operações renegociadas e reestruturadas estão assim compostas:

|                      |                            | 30/06/2025 |
|----------------------|----------------------------|------------|
| NATUREZA DA OPERAÇÃO | RENEGOCIADAS/RESTRUTURADAS |            |
| Operações de Crédito |                            | 123.408    |

7.2 Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

a) Composição da carteira mensurados ao custo amortizado

| DESCRIÇÃO                                                                    | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL     |
|------------------------------------------------------------------------------|------------|----------------|-----------|
| Créditos por Avais e Fianças Honrados                                        | 27.615     | -              | 27.615    |
| Provisão para perdas esperadas créditos por avais e fianças honrados         | (21.442)   | -              | (21.442)  |
| CPRF                                                                         | 1.001.619  | 1.250.531      | 2.252.150 |
| Provisão para perdas esperadas CPRF                                          | (10.979)   | (7.330)        | (18.309)  |
| Ativos não Financeiros - Concessão de Crédito (i)                            | 7.874      | 874            | 8.748     |
| Provisão para perdas esperadas ativos não financeiros - concessão de crédito | (1.811)    | -              | (1.811)   |
| TOTAL - OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO         | 1.002.876  | 1.244.075      | 2.246.951 |

i) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

b) Composição do valor contábil da carteira de outras operações por faixa de vencimento

| TIPO                                                                 | ATÉ 90  | DE 91 a 360 | ACIMA DE 360 | 30/06/2025 |
|----------------------------------------------------------------------|---------|-------------|--------------|------------|
| Créditos por Avais e Fianças Honrados                                | 6.173   | -           | -            | 6.173      |
| CPRF                                                                 | 230.732 | 752.578     | 1.250.531    | 2.233.841  |
| Ativos não Financeiros - Concessão de Crédito                        | 5.447   | 616         | 874          | 6.937      |
| TOTAL - OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO | 242.352 | 753.194     | 1.251.405    | 2.246.951  |

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 30 de junho de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

| DESCRIÇÃO                                              | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL   |
|--------------------------------------------------------|------------|----------------|---------|
| Rendas a Receber (a)                                   | 8.083      | -              | 8.083   |
| Devedores por Depósitos em Garantia (b)                | -          | 14.529         | 14.529  |
| Titulos e Créditos a Receber                           | 533        | 2.812          | 3.345   |
| (-) Perda Esperada Associada ao Risco de Outros Ativos | -          | (2.373)        | (2.373) |
| TOTAL                                                  | 8.616      | 14.968         | 23.584  |

- a) O saldo de Rendas a Receber por serviços prestados está composto, substancialmente, por rendas de cartão de crédito e convênios a receber.
- b) Em Devedores por Depósitos em Garantia, estão registrados, substancialmente, os depósitos judiciais para: PIS R\$ 849 mil, COFINS R\$ 5.681 mil, IRPJ R\$ 2.703 mil, Outros Tributos R\$ 596 mil, Trabalhistas R\$ 574 mil e Cíveis R\$ 4.126 mil.

9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2025, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

| DESCRIÇÃO                                        | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL |
|--------------------------------------------------|------------|----------------|-------|
| IRPJ não compensado no próprio exercício         | 2.078      | -              | 2.078 |
| Contribuição Social - antecipações - a compensar | -          | 316            | 316   |
| IRPJ - antecipações - a compensar                | -          | 449            | 449   |
| PLS - a compensar                                | -          | 33             | 33    |
| INSS - a compensar                               | -          | 543            | 543   |
| Outros Impostos e Contribuições a Compensar      | -          | 155            | 155   |
| TOTAL                                            | 2.078      | 1.496          | 3.574 |

10. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2025, os outros ativos estão assim compostos:

| DESCRIÇÃO                                                    | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL    |
|--------------------------------------------------------------|------------|----------------|----------|
| Adiantamentos e Antecipações Salariais                       | 4.101      | -              | 4.101    |
| Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta                 | 233        | -              | 233      |
| Devedores Diversos – País                                    | 2.055      | -              | 2.055    |
| Ativos em Estoque                                            | 188        | -              | 188      |
| Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (a)        | 2.516      | 62.675         | 65.191   |
| (-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (b) | (223)      | (39.110)       | (39.333) |
| Despesas Antecipadas (c)                                     | 2.666      | -              | 2.666    |
| TOTAL                                                        | 11.536     | 23.565         | 35.101   |

- a) Referem-se a Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.
- c) Registram-se as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros e licença de softwares

11. IMOBILIZADO DE USO

Em 30 de junho de 2025, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

|                                        |                     |         |                       | 30/06/2025    |
|----------------------------------------|---------------------|---------|-----------------------|---------------|
| DESCRIÇÃO                              | TAXA DE DEPRECIAÇÃO | CUSTO   | DEPRECIAÇÃO ACUMULADA | SALDO LÍQUIDO |
| Imobilizado em Curso (a)               | -                   | 2.731   | -                     | 2.731         |
| Terrenos                               | -                   | 12.221  | -                     | 12.221        |
| Edificações                            | 2% a 4%             | 83.466  | (28.498)              | 54.968        |
| Instalações                            | 10%                 | 57.527  | (42.010)              | 15.517        |
| Móveis e equipamentos de Uso           | 10% a 20%           | 71.551  | (57.386)              | 14.165        |
| Sistema de Transporte                  | 20% a 33%           | 829     | (658)                 | 171           |
| Obras de Arte                          |                     | 63      |                       | 63            |
| Ativo de Direito de Uso - Arrendatário | 10% a 33%           | 9.023   | (384)                 | 8.639         |
| TOTAL IMOBILIZADO                      |                     | 237.411 | (128.936)             | 108.475       |

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. INTANGÍVEL

Em 30 de junho de 2025, os montantes do intangível estão assim compostos:

|                                       |                     |        |                       | 30/06/2025    |
|---------------------------------------|---------------------|--------|-----------------------|---------------|
| DESCRIÇÃO                             | TAXA DE AMORTIZAÇÃO | CUSTO  | AMORTIZAÇÃO ACUMULADA | SALDO LÍQUIDO |
| Marcas                                | -                   | 11     | -                     | 11            |
| Licenças e Direitos Autorais e de Uso | 10% a 50%           | 20.197 | (10.328)              | 9.869         |
| TOTAL INTANGÍVEL E ÁGIO               |                     | 20.208 | (10.328)              | 9.880         |

13. DEPÓSITOS

Em 30 de junho de 2025, os depósitos estão assim compostos:

| DESCRIÇÃO               | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL     |
|-------------------------|------------|----------------|-----------|
| Depósitos à Vista (a)   | 1.647.598  | -              | 1.647.598 |
| Depósitos Sob Aviso (b) | 1.837      | -              | 1.837     |
| Depósitos a Prazo (b)   | 5.807.660  | 5.537          | 5.813.197 |
| Outros Depósitos (c)    | 136        | -              | 136       |
| TOTAL                   | 7.457.231  | 5.537          | 7.462.768 |

- a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos, fazê-lo conforme a sua necessidade.
- b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data das demonstrações financeiras, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.  
Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo BCB, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.
- c) Referem-se a valores a repassar, relativos a cheque e ordens de pagamento emitidos a terceiros pelos associados.

13.1 Concentração dos Principais Depositantes:

|                      |            | 30/06/2025    |
|----------------------|------------|---------------|
| DESCRIÇÃO            | 30/06/2025 | % NA CARTEIRA |
| Maior Devedor        | 96.429     | 0,84%         |
| 10 Maiores Devedores | 450.156    | 3,93%         |
| 50 Maiores Devedores | 1.175.497  | 10,26%        |

Os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos compõem o saldo da concentração de depositantes. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

13.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

| DESCRIÇÃO                                                | 30/06/2025 |
|----------------------------------------------------------|------------|
| Despesas de Depósitos de Aviso Prévio                    | (114)      |
| Despesas de Depósitos a Prazo                            | (362.854)  |
| Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio             | (227.906)  |
| Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos | (8.558)    |
| TOTAL                                                    | (599.432)  |

14. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se às LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio), que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004), e às LCI's (Letras de Crédito Imobiliário), lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 30 de junho de 2025, estavam assim compostas:

|                                                                |            |                | 30/06/2025 |
|----------------------------------------------------------------|------------|----------------|------------|
| DESCRIÇÃO                                                      | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL      |
| Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA | 498.233    | 3.610.996      | 4.109.229  |

São remunerados por encargos financeiros, calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores são apropriados em despesas com operações de captação de mercado.

15. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades, inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

15.1 Repasses Interfinanceiros

|                                                     |            |                | 30/06/2025 |
|-----------------------------------------------------|------------|----------------|------------|
| DESCRIÇÃO                                           | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL      |
| Recursos do Banco Sicoob                            | 1.036.053  | 363.720        | 1.399.773  |
| (-) Despesas a Apropriar - Recursos do Banco Sicoob | (49.154)   | (51.445)       | (100.599)  |
| TOTAL                                               | 986.899    | 312.275        | 1.299.174  |

15.2 Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

| INSTITUIÇÕES                                 | 30/06/2025 |
|----------------------------------------------|------------|
| BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB | (56.169)   |
| OUTRAS INSTITUIÇÕES                          | (5)        |
| TOTAL                                        | (56.174)   |

16. OUTROS PASSIVOS

16.1 Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2025, estão assim compostos:

|                                                   | 30/06/2025 |                |         |
|---------------------------------------------------|------------|----------------|---------|
| DESCRIÇÃO                                         | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL   |
| Outros Passivos Financeiros                       | 84         | -              | 84      |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses (a)         | 2.663      | 6.248          | 8.911   |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 2.327      | -              | 2.327   |
| Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas         | 14.445     | -              | 14.445  |
| Outras Obrigações (b) (Nota 17.2)                 | 152.349    | -              | 152.349 |
| TOTAL                                             | 171.868    | 6.248          | 178.116 |

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se aos contratos de arrendamento mercantil firmados a partir de 1º/1/2025, conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos e Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023, e Repasses (Securitização).

|                                          | 30/06/2025 |                |       |
|------------------------------------------|------------|----------------|-------|
| DESCRIÇÃO                                | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL |
| Repasses do País - Instituições Oficiais | 131        | -              | 131   |
| Passivo de Arrendamento                  | 2.532      | 6.248          | 8.780 |
| TOTAL                                    | 2.663      | 6.248          | 8.911 |

b) Em 30 de junho de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

|                                              | 30/06/2025 |
|----------------------------------------------|------------|
| DESCRIÇÃO                                    | CIRCULANTE |
| Sociais e Estatutárias (i)                   | 131.564    |
| Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros | 1.183      |
| Credores Diversos - País                     | 17.035     |
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos  | 2.567      |
| TOTAL                                        | 152.349    |

i) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

|                                                                | 30/06/2025 |
|----------------------------------------------------------------|------------|
| DESCRIÇÃO                                                      | CIRCULANTE |
| Gratificações a Funcionários (i)                               | 8.469      |
| Sobras Líquidas a Distribuir (ii)                              | 21.568     |
| Cotas de Capital a Pagar (iii)                                 | 59.404     |
| Fundos Voluntários (iv)                                        | 2.977      |
| FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (v) | 39.146     |
| TOTAL                                                          | 131.564    |

- i) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e acordo coletivo, a Cooperativa constituiu provisão, a título de participação dos empregados nos resultados, registrada em contrapartida do resultado, na rubrica “Participações nos Resultados”;
- ii) Referem-se as Sobras Líquidas à disposição dos associados após deliberação da AGO (Assembleia Geral Ordinária).
- iii) Referem-se ao valor de quotas-partes do capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social e; aqueles associados que participaram do processo judicial e não fazem mais parte do quadro social;
- iv) O FIS (Fundo de Investimento Social) é destinado à promoção de ações de natureza social, educacional e cultural, bem como ações relativas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, sendo constituído de 1% das sobras líquidas, deduzida de juros sobre capital próprio, conforme determinação estatutária;
- v) O FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social) é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 7% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Cosif (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina. Ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17. PROVISÕES

Em 30 de junho de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

|                                                            | 30/06/2025 |                |         |
|------------------------------------------------------------|------------|----------------|---------|
| DESCRIÇÃO                                                  | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL   |
| Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros | 11.475     | -              | 11.475  |
| Provisão para Pagamento a Efetuar                          | 32.162     | -              | 32.162  |
| Provisão para Contingências (17.2)                         | -          | 107.710        | 107.710 |
| TOTAL                                                      | 43.637     | 107.710        | 151.347 |

17.1 Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às Demandas Judiciais:

17.2 Provisão para Demandas Judiciais – Passivo

|                                  | 30/06/2025                  |
|----------------------------------|-----------------------------|
| DESCRIÇÃO                        | PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS |
| PIS (i)                          | 579                         |
| COFINS (i)                       | 1.382                       |
| Outras Contingências Fiscais (i) | 1.432                       |
| Trabalhistas (ii)                | 4.350                       |
| Cíveis (iii)                     | 99.387                      |
| Outras Contingências (iii)       | 580                         |
| TOTAL                            | 107.710                     |

Os principais temas podem ser assim sumarizados:

i) Provisão para risco de natureza tributária sobre interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal sobre o PIS e COFINS e IRPJ sobre algumas receitas provenientes de serviços ou negócios realizados entre a Cooperativa e seus associados, em que não há pacificação jurisprudencial relativa ao ato cooperativo;

ii) Ações Trabalhistas movidas contra a Cooperativa por ex-empregados e/ou terceiros, pleiteando verbas trabalhistas, visando a obter indenizações supostamente não pagas. A provisão é constituída com base no valor avaliado para causa por assessores jurídicos externos;

iii) São compostas por ações movidas contra a Cooperativa, pleiteando supostos valores cobrados indevidamente na prestação de serviços e ou indenização por danos morais. A provisão é constituída com base no valor avaliado para cada causa por assessores jurídicos externos. Substancialmente, a Cooperativa foi acionada judicialmente no exercício de 2022 em ações cíveis, os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas classificaram estes processos de acordo com os normativos vigentes. No semestre de 2025, o montante provisionado sobre os novos processos e a atualização dos processos existentes foram de R\$ 12.472 mil. Foi disponibilizado imóvel próprio em garantia no mesmo período até a conclusão da discussão dos processos. A Cooperativa é parte envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada em parecer de seus consultores legais externos e internos. A imprevisibilidade, quanto ao tempo de duração dos processos e a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17.3 Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais

| 30/06/2025                      |        |            |             |        |         |
|---------------------------------|--------|------------|-------------|--------|---------|
| DESCRIÇÃO                       | CÍVEL  | TRIBUTÁRIO | TRABALHISTA | OUTROS | TOTAL   |
| Saldo em 1º janeiro de 2025     | 87.827 | 3.201      | 6.018       | 584    | 97.630  |
| Constituição da provisão        | 12.472 | 192        | 240         | -      | 12.904  |
| Reversão da provisão            | (583)  | -          | (1.059)     | -      | (1.642) |
| Utilização durante o exercício  | (488)  | -          | (854)       | (4)    | (1.346) |
| Atualização durante o exercício | 159    | -          | 5           | -      | 164     |
| TOTAL                           | 99.387 | 3.393      | 4.350       | 580    | 107.710 |

17.4 Segregação por prognóstico

| 30/06/2025      |        |            |             |        |         |
|-----------------|--------|------------|-------------|--------|---------|
| DESCRIÇÃO       | CÍVEL  | TRIBUTÁRIO | TRABALHISTA | OUTROS | TOTAL   |
| Provável        | 99.387 | -          | 1.215       | 229    | 100.831 |
| Possível/Remota | -      | 3.393      | 3.135       | 351    | 6.879   |
| TOTAL           | 99.387 | 3.393      | 4.350       | 580    | 107.710 |

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, e montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Segundo a assessoria jurídica da Credicitrus, em 30 de junho de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 100.831 mil. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17.5 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

| 30/06/2025                                   |            |
|----------------------------------------------|------------|
| DESCRIÇÃO                                    | CIRCULANTE |
| Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar | 74         |
| Garantias Financeiras Prestadas (a)          | 11.401     |
| TOTAL                                        | 11.475     |

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. A Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

| 30/06/2025             |            |
|------------------------|------------|
| DESCRIÇÃO              | CIRCULANTE |
| Coobrigações Prestadas | 408.649    |

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus associados. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 30/6/2025, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.794 mil com recursos provenientes do PROCAPCRED (Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito) ou Sicoob Cotas Partes, pelos associados.

| 30/06/2025     |           |
|----------------|-----------|
| DESCRIÇÃO      | TOTAL     |
| Capital Social | 1.975.440 |
| Associados     | 172.588   |

18.2 Capital Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras líquidas, deduzidos os juros sobre o capital próprio, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 30 de junho de 2024 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da Cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 68,00. Não ocorreram destinações no 1º Semestre de 2025.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL, linha de “Outros Eventos/Reservas” e “Por Devolução (-) /Reserva Legal”.

18.3 Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do BCB e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2024 foram aprovadas na assembleia geral ordinária realizada entre os dias 7 e 16 de abril de 2025. Dos valores do exercício 2024, aprovado em 2025, R\$ 57.990 mil foram destinados a novas quotas-partes de capital social dos associados e/ou espécie e R\$ 81.919 mil, foram destinados ao fundo de reserva.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

| DESCRIÇÃO                                                     | 30/06/2025 |
|---------------------------------------------------------------|------------|
| Total antes dos ajustes da aplicação da Resolução CMN 4966/21 | 251.681    |
| Ajustes da aplicação da Resolução CMN 4966/2021 (Nota 4)      | (3.136)    |
| TOTAL                                                         | 248.545    |

19. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

São classificados como ato não cooperativo, os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 30 de junho de 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

| DESCRIÇÃO                                                               | 30/06/2025 |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|
| Receitas específicas de atos não cooperativos                           | 18.087     |
| Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos                           | (1.335)    |
| Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos | (2.965)    |
| Resultado Operacional                                                   | 13.787     |
| Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas                          | 2.464      |
| Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social                | 16.251     |
| Reversão/Provisão Desvalorização                                        | (2.549)    |
| IRPJ/CSLL                                                               | (4.752)    |
| Resultado de Atos Não Cooperativos (lucro líquido)                      | 8.950      |

20. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

20.1 Receitas de Operações de Crédito

| DESCRIÇÃO                                                                 | 30/06/2025 |
|---------------------------------------------------------------------------|------------|
| Rendas de Adiantamentos a Depositantes                                    | 2.522      |
| Rendas de Empréstimos                                                     | 276.953    |
| Rendas de Direitos Creditórios Descontados                                | 35.402     |
| Rendas de Financiamentos                                                  | 62.642     |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres                         | 7.417      |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista           | 25.757     |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural | 14.927     |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA            | 134.483    |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas             | 3.361      |
| Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados                           | 338        |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo                            | 25.262     |
| Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito             | 161.282    |
| Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros             | 386        |
| TOTAL                                                                     | 750.732    |

20.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

| DESCRIÇÃO                       | 30/06/2025 |
|---------------------------------|------------|
| Rendas de Títulos de Renda Fixa | 151.929    |

20.3 Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| DESCRIÇÃO                                         | 30/06/2025 |
|---------------------------------------------------|------------|
| Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 90.862     |

21. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

| DESCRIÇÃO                                         | 30/06/2025 |
|---------------------------------------------------|------------|
| Despesas de Captação                              | (599.432)  |
| Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses | (56.174)   |
| TOTAL                                             | (655.606)  |

22. DESPESA COM PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

| DESCRIÇÃO                                                                                | 30/06/2025 |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Reversões de Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez                        | 249        |
| Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários                                | 1.002      |
| Reversões de Provisões para Operações de Crédito                                         | 120.774    |
| Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito | 13.937     |
| Reversões de Provisões para Outros Créditos                                              | 11         |
| Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar                            | 117        |
| Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez                                     | (314)      |
| Provisões para Títulos e Valores Mobiliários                                             | (3.984)    |
| Provisões para Operações de Crédito                                                      | (220.663)  |
| Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito              | (25.959)   |
| Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar                                         | (66)       |
| TOTAL                                                                                    | (114.896)  |

23. RENDAS DE TARIFAS

| DESCRIÇÃO                             | 30/06/2025 |
|---------------------------------------|------------|
| Rendas de Serviços Prioritários - PF  | 202        |
| Rendas de Serviços Diferenciados - PF | 1          |
| Rendas de Outras Tarifas - PJ         | 687        |
| TOTAL                                 | 890        |

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| DESCRIÇÃO                                                       | 30/06/2025 |
|-----------------------------------------------------------------|------------|
| Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito                     | 3.076      |
| Rendas de Tarifas de Intercâmbio                                | 20.195     |
| Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento          | 4.577      |
| Rendas de Cobrança                                              | 4.386      |
| Rendas de Comissão de Seguros                                   | 3.279      |
| Rendas de Comissão de Previdência                               | 201        |
| Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços         | 13.518     |
| Rendas de Convênios                                             | 587        |
| Rendas de Comissão de Outros Serviços                           | 34         |
| Rendas de Outros Serviços                                       | 1.520      |
| Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos         | 1.108      |
| Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento | 1.561      |
| TOTAL                                                           | 54.042     |

25. DESPESAS DE PESSOAL

| DESCRIÇÃO                                                      | 30/06/2025 |
|----------------------------------------------------------------|------------|
| Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração | (4.657)    |
| Despesas de Pessoal - Benefícios                               | (26.176)   |
| Despesas de Pessoal - Encargos Sociais                         | (19.631)   |
| Despesas de Pessoal - Proventos                                | (58.282)   |
| Despesas de Pessoal - Treinamento                              | (241)      |
| Despesas de Remuneração de Estagiários                         | (291)      |
| TOTAL                                                          | (109.278)  |

26. OUTROS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| DESCRIÇÃO                                      | 30/06/2025 |
|------------------------------------------------|------------|
| Despesas de Água, Energia e Gás                | (1.331)    |
| Despesas de Aluguéis                           | (11.080)   |
| Despesas de Comunicações                       | (4.261)    |
| Despesas de Manutenção e Conservação de Bens   | (6.880)    |
| Despesas de Material                           | (699)      |
| Despesas de Processamento de Dados             | (13.944)   |
| Despesas de Promoções e Relações Públicas      | (1.678)    |
| Despesas de Propaganda e Publicidade           | (3.184)    |
| Despesas de Seguros                            | (180)      |
| Despesas de Serviços do Sistema Financeiro     | (5.407)    |
| Despesas de Serviços de Terceiros              | (2.640)    |
| Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança | (7.933)    |
| Despesas de Serviços Técnicos Especializados   | (3.294)    |
| Despesas de Transporte                         | (1.620)    |
| Despesas de Viagem no País                     | (1.044)    |
| Despesas de Amortização                        | (1.971)    |
| Despesas de Depreciação                        | (8.791)    |
| Outras Despesas Administrativas                | (8.018)    |
| TOTAL                                          | (83.955)   |

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| DESCRIÇÃO                             | 30/06/2025 |
|---------------------------------------|------------|
| Despesas Tributárias                  | (566)      |
| Desp. Impostos s/ Serviços - ISS      | (873)      |
| Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP | (491)      |
| TOTAL                                 | (1.930)    |

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| DESCRIÇÃO                                                               | 30/06/2025 |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|
| Despesas de Arrendamento                                                | (5)        |
| Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento              | (23.819)   |
| Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociação | (5.703)    |
| Perdas - Fraudes Externas                                               | (33)       |
| Perdas - Demandas Trabalhistas                                          | (260)      |
| Perdas - Práticas Inadequadas                                           | (814)      |
| Perdas - Falhas em Sistemas de TI                                       | (1)        |
| Perdas - Falhas de Gerenciamento                                        | (312)      |
| Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social                 | (21.345)   |
| Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários                              | (2.977)    |
| Outras Despesas e Dispêndios Operacionais                               | (16.840)   |
| TOTAL                                                                   | (72.109)   |

29. OUTROS RECEITAS OPERACIONAIS

| DESCRIÇÃO                                           | 30/06/2025 |
|-----------------------------------------------------|------------|
| Recuperação de Encargos e Despesas                  | 3.165      |
| Dividendos                                          | 9.554      |
| Dividendos Sicoob SP Corretora de Seguros           | 38.121     |
| Distribuição de Sobras da Central                   | 1.205      |
| Atualização Depósitos Judiciais                     | 570        |
| Rendas de Repasses Interfinanceiros                 | 257        |
| Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência | 11.341     |
| Outras Rendas Operacionais                          | 1          |
| TOTAL                                               | 64.214     |

30. DESPESAS COM PROVISÕES

| DESCRIÇÃO                                       | 30/06/2025 |
|-------------------------------------------------|------------|
| Provisões para Garantias Prestadas              | (5.227)    |
| Reversões de Provisões para Garantias Prestadas | 5.430      |
| TOTAL                                           | 203        |

31. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

| DESCRIÇÃO                                                                           | 30/06/2025 |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos     | 27         |
| Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens                                        | 2          |
| Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos            | 3.528      |
| Ganho de Capital                                                                    | 45         |
| Outras Rendas não Operacionais                                                      | 220        |
| (-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos | (301)      |
| (-) Prejuízo na Alienação de Outros Valores e Bens                                  | (30)       |
| (-) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos        | (979)      |
| (-) Perda de Capital                                                                | (18)       |
| (-) Outras Despesas não Operacionais                                                | (31)       |
| TOTAL                                                                               | 2.463      |

32. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme determina a Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 30 de junho de 2025 foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes”, conforme quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO                           | 30/06/2025 |
|-------------------------------------|------------|
| Venda de BNDU                       | (291)      |
| Desvalorização BNDU                 | 2.549      |
| Recebimento de Sinistro             | 10         |
| Perdas Processos Cíveis (Nota 17.3) | (11.406)   |
| TOTAL                               | (9.138)    |

33. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

33.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BCB, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Conforme a Política de Crédito do sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores. Anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

| DESCRIÇÃO                  | 30/06/2025 |
|----------------------------|------------|
| Operações Ativas           |            |
| Operação de crédito        | 25.496     |
| PCLD - Provisão de crédito | 110        |

|                                    |        |
|------------------------------------|--------|
| Operações Passivas                 |        |
| Depósitos                          | 98.817 |
| Letra de Crédito Agronegócio - LCA | 16.714 |

|                     |         |
|---------------------|---------|
| Garantias prestadas | 136.640 |
|---------------------|---------|

|                |        |
|----------------|--------|
| Capital social | 13.649 |
|----------------|--------|

|                                                    |         |
|----------------------------------------------------|---------|
| Remuneração                                        |         |
| Honorários – Diretoria e Conselho de Administração | (3.381) |
| Encargos sociais                                   | (1.121) |
| Benefícios                                         | (1.276) |
| TOTAL                                              |         |

33.2 Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus, juntamente às cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado São Paulo – SP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A Sicoob SP é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo BCB, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe a Sicoob SP, a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Sicoob Credicitrus responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob SP perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB SP:

| DESCRIÇÃO                                                     | 30/06/2025       |
|---------------------------------------------------------------|------------------|
| <b>Ativo</b>                                                  |                  |
| Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 5) | 3.842.430        |
| Participações de Cooperativas                                 | 200.654          |
| Título de Renda Fixa (TVM) (Nota 6.1 b)                       | 1.878.186        |
| <b>TOTAL</b>                                                  | <b>5.921.270</b> |
| <b>Receitas</b>                                               |                  |
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5)             | 188.189          |
| Títulos de Renda Fixa                                         | 62.455           |
| Distribuição de sobras da central (Nota 29)                   | 1.205            |
| <b>TOTAL</b>                                                  | <b>251.849</b>   |

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

| DESCRIÇÃO                        | 30/06/2025 |
|----------------------------------|------------|
| Contribuição Previdência Privada | (1.170)    |

35. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é remissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditoreconsiderada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As ps independentes.

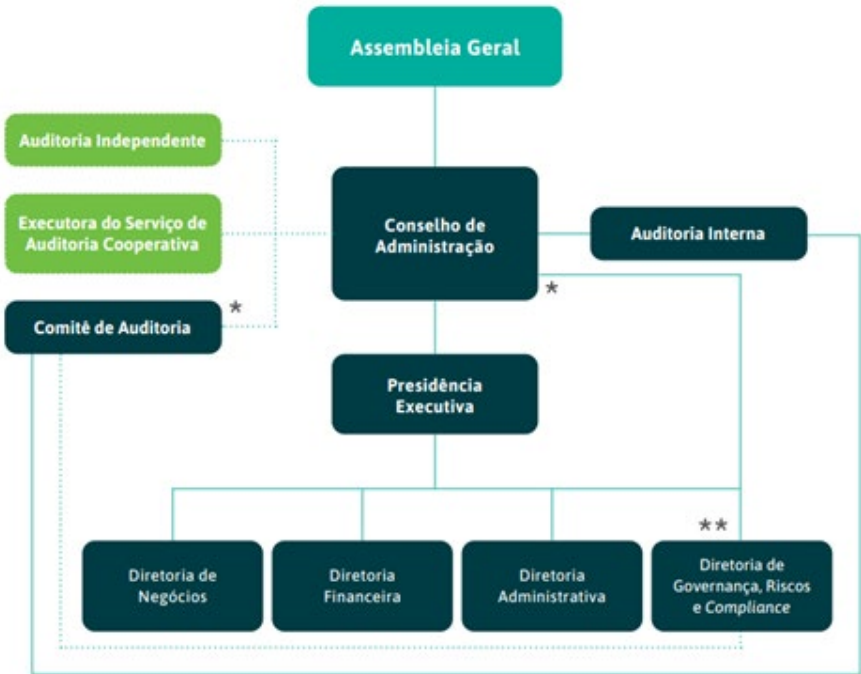
| 30/06/2025     |                                                                                       |                     |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| BENS SEGURADOS | RISCOS COBERTOS                                                                       | MÁXIMO DA COBERTURA |
| Veículos       | Danos materiais, corporais, morte e invalidez                                         | 5.535               |
| Imóveis        | Incêndio, Raio, Explosão de qualquer natureza, danos elétricos, e outros              | 94.240              |
| D & O          | Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores              | 319.500             |
| RD Valores     | Valores no interior do estabelecimento, dentro e/ou fora de cofres, e/ou caixas forte | 10.436              |

36. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

36.1 Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

Na Credicitrus, a Diretoria de Governança, Riscos e Compliance é responsável pela estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, com reporte direto e independente aos órgãos de governança.

Organograma geral



\* Reporte direto, de maneira independente, relativo ao gerenciamento de riscos e capital (CRO), governança e compliance.  
\*\* Reporte relativo aos demais assuntos.

A Credicitrus mantém em sua estrutura de Governança Corporativa e Gestão o Comitê de Riscos, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na definição de diretrizes e estratégias relativas ao gerenciamento de riscos e de capital, visando o cumprimento e a observância de políticas aplicáveis à instituição.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital da Credicitrus é compatível com o modelo de negócio, a natureza das operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição, proporcionais à dimensão e relevância dos riscos aos quais a Cooperativa está exposta, de forma a assegurar o seu efetivo gerenciamento.

Destaca-se que a Credicitrus está atenta às melhores práticas de gestão de mercado para o desenvolvimento de suas atividades e, não poderia ser diferente, ao gerenciamento de riscos corporativos. Portanto, a seguir, de forma sintetizada, são apresentadas as 3 linhas de gestão existentes, que objetivam prover melhor comunicação e esclarecimento quanto aos papéis e responsabilidades essenciais no gerenciamento integrado de riscos.



36.2 Cultura de Gerenciamento de Riscos

Gerenciar riscos é uma responsabilidade de todos na Credicitrus. Portanto, embasados no Planejamento Estratégico, Orçamentário e nas atitudes culturais necessárias para sua gestão, o Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital da Credicitrus é realizado e fundamentado, principalmente, nas exigências das Resoluções e Normativos do Banco Central do Brasil (BCB) e/ou Conselho Monetário Nacional (CMN), tais como: 4.966/21, 4.945/2.021, 4.557/2.017, 4.595/2.017, 4.968/2.021, e demais pertinentes à atividade da Cooperativa.

A Credicitrus cumpre e faz cumprir as Políticas e os Manuais de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), além de elaborar, implementar e atualizar anualmente as suas próprias Políticas e Manuais Complementares de Gerenciamento de Riscos e de Capital. Com base nesses normativos (internos e externos), o Conselho de Administração estabeleceu limites de exposição, que são divulgados a todos os empregados por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital realiza acompanhamento e reporte contínuo aos Órgãos de Governança, contemplando relatórios de gerenciamento de riscos e de capital, que abrangem os principais indicadores relativos aos riscos de liquidez; estratégico; crédito; mercado e de variação de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); social ambiental e climático; operacional; continuidade de negócios; contágio; reputação e imagem; e conformidade, além dos estudos pertinentes ao Programa de Teste de Estresse e Declaração de Apetite por Riscos, os quais são reportados mensalmente para os órgãos de governança, entre eles, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos e Conselho Administração.

Essa atuação tem a finalidade de fortalecer o processo de Governança Corporativa, tornando ainda mais segura a concretização dos objetivos estratégicos da Cooperativa, além de proporcionar maior transparência, eficácia e eficiência às suas operações, visando cumprir as normas nacionais e internacionais, bem como os requisitos legais e regulatórios. A seguir, é apresentado o processo de gerenciamento de riscos, composto pelas seguintes etapas:



### 36.3 Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de instrumento de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente garantidor ou das garantias.

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito e nos Manuais de Crédito, estabelecidos pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificados pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

A Credicitrus adota os modelos de análise e de classificação de riscos do CCS, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos em seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte.

A Credicitrus realiza o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento da classificação das operações, de acordo com os normativos internos, complementares a Resolução CMN 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Credicitrus prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

- f) monitoramento e reporte do consumo dos limites de apetite por riscos;
- g) informações gerenciais periódicas e tempestivas aos Órgãos de Governança;
- h) elaboração do cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- i) parâmetros para atribuição de limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

### 36.4 Risco de Mercado e Risco de Variação das Taxas de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB - Interest Rate Risk of Banking Book é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária.

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, estabelecidos pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Essas diretrizes são ratificadas pela Cooperativa mediante o estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação

das Taxas de Juros (IRRBB), aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do risco de IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos, remetidos aos órgãos de governança, que evidenciem, no mínimo:
  - i) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.
  - ii) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
  - iii) limites máximos dos riscos de mercado e de IRRBB;
- b) elaboração de relatórios que permitam identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.
- c) são realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos. Esta estrutura é adequada ao perfil e à importância sistêmica da Cooperativa, além de ser capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

### 36.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras, esperadas e inesperadas, de forma eficiente, incluindo aquelas decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, envolve a possibilidade

de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, estabelecida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificadas pela Cooperativa através da Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos enviados aos órgãos de governança, que evidenciem, no mínimo:
  - i) limite mínimo de liquidez;
  - ii) fluxo de caixa projetado;
  - iii) aplicação de cenários de estresse;
  - iv) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e a correção tempestiva de deficiências no controle e gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo estratégias a serem adotadas para assegurar a continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Credicitrus.

### 36.6 Risco Estratégico

O Risco Estratégico é representado pela possibilidade do não atingimento dos objetivos estabelecidos pela Cooperativa, devido a mudanças adversas no ambiente de negócios ou à utilização inadequada de premissas para tomada de decisões. O processo de gerenciamento do Risco Estratégico é composto por um conjunto de metodologias e índices estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

36.7 Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. As diretrizes para o gerenciamento de capital estão registradas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital, estabelecido pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, e ratificadas pela cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento de Capital, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus. O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. A Credicitrus também dispõe de um plano de capital específico, que prevê metas e projeções de capital, considerando os objetivos estratégicos e as principais fontes de capital. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados aos órgãos de governança.

**36.8 Riscos Social, Ambiental e Climático**

O processo estruturado de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático consiste na avaliação dos potenciais impactos negativos das atividades realizadas pela Cooperativa, incluindo os efeitos na sua reputação. Os riscos sociais, ambientais e climáticos são gerenciados considerando sua relevância e proporcionalidade, sendo traduzidos na elegibilidade do associado em apresentar, ou não, exposição a esses riscos, conforme descrito nos manuais internos. As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático são aplicadas de acordo com as Resoluções CMN 4.557/2017 e 4.945/2021, com o objetivo de identificar e mitigar riscos significativos que possam

impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços da Credicitrus. As diretrizes para o gerenciamento desses riscos estão registradas na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), estabelecida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificadas pela Credicitrus por meio do estabelecimento de Política Complementar de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), aprovada pelo Conselho de Administração. A partir das orientações estabelecidas nos normativos, é possível nortear os princípios e as diretrizes visando contribuir para o adequado tratamento da exposição aos riscos. A gestão dos riscos socioambientais é conduzida com base no Manual de Riscos Social, Ambiental e Climático do Sicoob, que orienta os procedimentos de avaliação, mitigação e tratamento de riscos associados às operações financeiras. A aplicação dessas diretrizes possibilita identificar potenciais impactos e oportunidades para uma abordagem preventiva e responsável na concessão de crédito e nos investimentos realizados pela Cooperativa.

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas decorrentes da violação de direitos ou de atos lesivos incorridos de interesse comum.

**Risco Ambiental:** consiste na possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição advindas de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos. O processo de gerenciamento ocorre por meio de avaliações sistêmicas e obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico, sendo:

**Risco Climático Físico:** possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos;

**Risco Climático de Transição:** possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

A Política Complementar de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) estabelece procedimentos, indicadores e ações para o tratamento dos riscos, contemplados em quatro etapas:

Atenta às mudanças e à conformidade do arcabouço normativo, a Credicitrus divulga de forma integrada as informações relacionadas aos riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas da Credicitrus, requeridas pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB 139/2021, em seu Relatório de Riscos e Oportunidade



Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC), observando a estrutura preconizada na Instrução Normativa BCB 153/2021.

**36.9 Risco Operacional**

De acordo com a Seção IV da Resolução CMN 4.557/2017, o Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. As diretrizes para o gerenciamento do risco se encontram registradas na Política Institucional de Risco Operacional, estabelecido pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), ratificadas pela cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco Operacional da Credicitrus, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus. O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio de etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações capturadas no processo de mapeamento dos riscos operacionais e das perdas operacionais registradas. A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital realiza uma análise contínua das perdas operacionais, além de interagir com os gestores responsáveis por essas perdas. O objetivo é identificar formalmente as causas e avaliar a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, incluindo a inserção de novos controles.

**36.10 Risco de Continuidade de Negócios**

O objetivo do processo de Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão de Crises (GCN) da Credicitrus é estabelecer

uma estrutura formal e adequada para identificar possíveis ameaças e impactos nas operações, fortalecendo a resiliência organizacional. Desse modo, a cooperativa se torna capaz de responder a eventos de desastres, protegendo as partes interessadas, a reputação, a marca e a continuidade dos processos críticos da cooperativa.

As diretrizes para a Gestão de Continuidade de Negócios estão registradas na Política de Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão de Crises, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

A Gestão de Continuidade de Negócios e a Gestão de Crises prevê o estabelecimento de medidas de contingências para o caso de interrupção (total ou parcial) na operação da Cooperativa, assim como ações para retomada da operação dentro dos tempos tolerados, previamente definidos pelos gestores de cada processo crítico.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) Mapear os processos críticos para o funcionamento da Cooperativa;
- b) Definir as estratégias de contingência;
- c) Desenvolver planos para implementação de respostas a incidentes/desastres;
- d) Promover a manutenção dos planos, atualizando-os e realizando testes e validações.

### 36.11 - Risco de Contágio

O gerenciamento do Risco de Contágio consiste na possibilidade de impacto negativo no capital da Credicitrus, decorrente de eventos adversos que não fazem parte da instituição, devido a vinculação da Cooperativa à:

- a) Marca Sicoob;
- b) Marca Banco Sicoob; e
- c) Cooperativas de Produtores Rurais.

As informações obtidas no acompanhamento do Risco de Contágio, são reportadas aos Órgãos de Governança.

### 36.12 - Risco de Reputação e Imagem

O gerenciamento dos Riscos de Reputação e Imagem da Credicitrus é acompanhado por meio dos seguintes indicadores:

- a) Acompanhamento das reclamações de associados, com o objetivo de capturar e tratar temas que possam afetar a reputação e imagem da Cooperativa;
- b) Monitoramento das ameaças à imagem/marca: exposição da Cooperativa na internet.

### 36.13 - Risco de Conformidade

A Política de Controles Internos e Conformidade (Compliance) da Credicitrus, aprovado pelo Conselho de Administração, estabelece diretrizes para o sistema de controles internos e conformidade da Cooperativa. Aplicável aos colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços,

a política exige que cada profissional, independentemente do nível hierárquico, esteja comprometido e responsável pela prática e a disseminação da cultura ética, de conformidade e controles internos.

### 36.14 Programa de Teste de Estresse

O Programa de Teste de Estresse (PTE) é o conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança própria, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição, permitindo avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes, em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Além dos testes de estresse mencionados, são realizados backtest, que tem como objetivo auxiliar na avaliação da adequação e da robustez das premissas e das metodologias utilizadas nos modelos do Programa (Res. CMN 4.557/2017 Art. 9º-I e Art. 13-II), e o teste de estresse integrado, que considera os efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos da Cooperativa (Res. CMN 4.557/2017 Art. 14). Os testes fornecem subsídio às atividades de governança corporativa e aumentam a adaptabilidade da Cooperativa em momentos de instabilidade.

### 36.15 Declaração de Apetite por Riscos

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS), as políticas e os procedimentos para gestão de riscos são ferramentas importantes na disseminação da cultura de riscos. Esses documentos estão registrados nos normativos internos e disponibilizados na intranet para todos os colaboradores da Credicitrus.

O apetite ao risco consiste na natureza, no nível máximo e no tipo de risco que a Cooperativa está disposta a assumir para atingir seus objetivos estratégicos. A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) é aprovada pelo Conselho de Administração, reflete as definições da alta administração e orienta os planos estratégicos e os orçamentos que permeiam a Cooperativa.

### 36.16 Relatório de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3

De acordo com a Resolução BCB 54/2020, o Relatório de Pilar 3 divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis à Credicitrus. Para mais informações referentes ao gerenciamento de riscos, acesse o relatório de Pilar 3.



 **SICOOB CREDITRUS**  
Cooperativa de Crédito



[credicitrus@credicitrus.com.br](mailto:credicitrus@credicitrus.com.br)

(17) 3345-9000 |  (17) 3344-5020

[sicoobcredicitrus.com.br](http://sicoobcredicitrus.com.br)